

PAULO JUAREZ RUEDA STROGENSKI

NOMINALIZAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. José Borges Neto

CURITIBA

1997

Para Maria José e Igor

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
I - INTRODUÇÃO	01
II - GRAMÁTICA TRADICIONAL	11
III - ZENO VENDLER	22
IV - NOAM CHOMSKY	40
V - BARBARA H. PARTEE & MATS Rooth	57
VI - GENNARO CHIERCHIA & RAYMOND TURNER	74
VII - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVERSIDADE TEÓRICA	85
VIII - CONCLUSÃO	92
BIBLIOGRAFIA	103

RESUMO

Várias abordagens teóricas estudam o léxico a partir de sua classificação em classes ou categorias, o que, de maneira geral, vem-se mantendo mais ou menos constante desde a Grécia antiga. No entanto, como as línguas são vivas, produto de um constante “fazer” social, alguns usos que os falantes fazem das expressões linguísticas acabam por desafiar as classificações estabelecidas, exigindo que as teorias sejam capazes de abarcar, também, esses novos usos. Um dos casos em que isso ocorre é o de itens lexicais que sofrem um processo de “nominalização” e passam a exibir características semelhantes às daqueles itens que são definidos como membros da categoria dos nomes. É o caso, por exemplo, dos infinitivos do português, como na sentença “Correr é bom”, na qual “correr” deve ser tratado como nome em virtude de apresentar um comportamento sintático semelhante àquele que seria esperado de um nome.

O objetivo da presente dissertação é estudar como algumas teorias que trabalham com categorias gramaticais definidas tratam desse fenômeno e analisar as soluções propostas por elas.

ABSTRACT

Several theoretical approaches study lexicon making use of some categories and classifications established and based upon the ancient Greek grammar studies. Nevertheless, taking language as a social and historical product and the speaker's role as an active process, capable of making up new linguistic structures, there will be some new uses of old expressions that will challenge the established classifications, requiring a different and new theoretical approach. An example of new linguistic cases introduced by the speakers is the process of "nominalization" that is taking place em Portuguese language en which some words once classified as verbs must be redefined to nouns because they changed their syntactic function. For example, the sentence "Running is good" in which the first word is a verb through a traditional grammar analyses but it has to be redefined because it functions as a noun.

The purpose of the present dissertation is to study how some linguistics theories deal and adapt themselves in order to analyze some new linguistic phenomena that refuse being easily classified into established categories.

I - INTRODUÇÃO

De maneira geral, tradicionalmente, define-se sujeito como o termo da oração sobre o qual se diz algo. Segundo essa mesma definição, essa posição é normalmente ocupada por um substantivo. No entanto, há de se admitir que nem sempre as coisas são assim. Há momentos em que essa posição está ocupada por um outro elemento que não é um substantivo. E como se pode explicar tal fenômeno? Em princípio existem (ao menos) três maneiras: a) ou o elemento não ocupa a posição de sujeito, b) ou a definição está incorreta no que se refere à afirmação de que um substantivo possa ser o ocupante único dessa posição, c) ou deve-se aceitar o fato de que outros elementos do léxico que são definidos normalmente como elementos de outras classes também possam ser substantivos.

Em relação a (a), podemos tomar um exemplo como “correr faz bem à saúde” e parafrazeá-lo como “corrida faz bem à saúde”. Em ambas, *correr* e *corrida* desempenham o mesmo papel sintático, logo *correr* ocupa a posição de sujeito e (a) é falsa.

Aceitando-se que o elemento de fato ocupa a posição de sujeito talvez a terceira opção seja a mais acertada e então deveremos aceitar a idéia de que existe uma “mobilidade lexical” que permite que uma mesma palavra possa estar em mais de uma classe gramatical, assumindo os traços próprios de cada uma delas. Isso implicaria no fato de que (b) também é verdadeira.

Se partirmos desta idéia, então a noção de classe dos substantivos deverá sofrer uma mudança no sentido de poder abrigar esses outros itens lexicais que possam vir a “migrar” para ela, ou seja, talvez tenhamos que aceitar que exista uma **função** de substantivo e não uma classe, o que quer dizer que embora possam existir palavras que são sempre

substantivos, a noção de função de substantivo é mais abrangente, pois é capaz de abarcar todos aqueles itens que estejam desempenhando essa função.

Voltando à definição de sujeito, se aceitarmos que a posição de sujeito de uma oração só possa se preenchida por um nome (ou substantivo), então é preciso aceitar-se o fato de que a categorização tradicional não pode ser levada ao pé da letra (tendo-se em vista inúmeros exemplos que contradizem essa afirmação), o que quer dizer que as palavras não podem ser separadas em categorias por elas próprias, mas sim pelos papéis, sintático e semântico, que elas são capazes de desempenhar em um ambiente de uso linguístico. Isso implica em assumirmos que o uso que os falantes fazem de uma língua extrapola em muito as categorizações estritas que as teorias às vezes fazem. Nos exemplos abaixo, é possível perceber, mesmo que intuitivamente, que a palavra **brincar** desempenha papéis sintáticos diferentes em cada ambiente.

- (1) a. João foi brincar.
 b. Brincar é bom.
 c. João gosta de brincar.

Em (1a), **brincar** faz parte da locução verbal “foi brincar”, que desempenha o papel sintático de predicado verbal de João. O mesmo não ocorre nos exemplos (1b) e (1c), nos quais **brincar** desempenha respectivamente as funções de sujeito em (1b) e de objeto em (1c).

Em (1b) a estrutura frasal permite substituições do tipo: correr é bom, caminhar é bom, sorvete é bom, etc., de forma que é possível que outras palavras também

ocupem a função que **brincar** ocupa. O exemplo (1c) é semelhante ao anterior no sentido de que também permite substituições do mesmo tipo. Pode-se dizer “João gosta de brincar”, da mesma forma que se pode dizer que “João gosta de sorvete”, ou seja, **brincar** e **sorvete** são capazes de desempenhar a mesma função num mesmo ambiente, apresentando significados próprios, naturalmente, mas que, num primeiro momento, parecem fazer parte de um mesmo tipo.

Percebe-se, nos dois casos, que ambas as palavras são **nômes** de coisas, ou seja, ambas as palavras fazem parte de um mesmo grupo de significação, porque João gosta de duas coisas (neste caso): de sorvete e de brincar. Logo, a palavra **brincar**, no contexto, acaba por desempenhar não só a mesma função sintática, mas também o papel de significar o nome de uma coisa de que João gosta.

Pode-se, naturalmente, argumentar que, apesar de as duas palavras significarem coisas das quais João gosta, elas definem objetos de esferas de significação diferentes, já que “sorvete” refere-se a um objeto palpável e “brincar” a uma ação. No entanto, há de se admitir que apesar das diferenças, existem também semelhanças, porque alguém pode gostar igualmente de coisas diferentes em sua essência, mas que fazem parte de um mesmo conjunto: o conjunto das coisas de que alguém gosta. E esse conjunto seria uma limitação que o indivíduo, a partir de sua experiência de vida e de sua individualidade, faz. Nos exemplos acima, existem duas afirmações sobre os gostos de João, sobre dois dos objetos da realidade que fazem parte do conjunto de todas as coisas que, por uma razão ou outra, João aprecia. Conjunto no qual pode estar um número infinito de objetos animados (cachorro, gato, mãe, pai...), inanimados (bola, carrinho, pirulito, sobremesa...) e também ações (dormir, dançar, comer, sorrir...).

O que se pode assumir a respeito dos objetos citados acima é que eles formam subconjuntos de tipos diferentes, com traços próprios a cada um deles. Até mesmo o fato de que eles estão ligados à idéia de “gostar” já faz com que a relação de cada um deles com o conjunto seja diferenciada, pois normalmente as pessoas “gostam” de maneiras diferentes, dependendo do objeto em questão. Geralmente se gosta mais da mãe do que do gato, ou aprecia-se mais a sobremesa do que o pirulito, mas isso resultaria em apenas mais um traço individual para se diferenciar objetos pertencentes a um mesmo subconjunto do que, propriamente, num aspecto relevante para a análise de todos os objetos como membros, ou não, de um mesmo conjunto.

A mesma noção de conjunto pode ser aplicada também às categorias gramaticais tradicionais. A categoria dos substantivos é, em essência, o conjunto de todas as palavras que possuam traços em comum tais que permitam a sua inclusão no conjunto dos substantivos (ou dos nomes). O mesmo deve acontecer com todas as outras categorias gramaticais como os adjetivos, os advérbios, os verbos, etc. O problema é que nem sempre isso é tão facilmente definido, como nos exemplos abaixo:

(2) a. O carro é vermelho.

b. Vermelho é uma bonita cor.

c. Bonita é uma característica que pode ser aplicada a seres do gênero feminino.

(3) a. João vai caminhar todas as manhãs.

b. Caminhar é bom para a saúde.

(4) a. O desenho foi colorido.

- b. O mundo é colorido.
- c. Colorido é mais bonito.

Em (2a), **vermelho** desempenha o papel predicativo de dizer algo sobre o carro. Neste caso, é claramente um adjetivo. Já em (2b) o papel que a palavra desempenha é o de sujeito de “é uma bonita cor”. Aqui, a palavra já não pode mais ser enquadrada como sendo um adjetivo. O mesmo se aplica ao adjetivo **bonita** em (2b) e (2c).

Nos exemplos do grupo (3), a mesma coisa acontece com o infinitivo do verbo **caminhar**, o qual em (3a) faz parte do SV “vai caminhar todas as manhãs” e, em (3b), ao contrário, é sujeito.

Com o particípio do verbo “colorir”, nos exemplos do grupo 3, também ocorre o mesmo fenômeno. Em (4a), **colorido** é verbo no particípio e parte do predicado “foi colorido”, referindo-se ao sujeito “o desenho”. Em (4b), é expressão predicativa de “o mundo” e pode ser classificado como um adjetivo. Finalmente, em (4c), é parte do sujeito¹ da oração e, de qualquer maneira, da mesma forma que acontece com **caminhar**, em (3b), não pode mais ser classificado como um verbo.

Além dos casos acima, ainda pode-se perceber um fenômeno semelhante nos exemplos abaixo:

- (5) Quem telefonou vem para o jantar?

¹ “Colorido” aqui talvez também deva ser interpretado como adjetivo, no caso de se supor que existe um elemento indefinido e oculto ligado a ele: *X colorido é mais bonito*.

Em (5), “quem telefonou” está desempenhando a função de “sujeito pronominal”, substituindo um nome que é representado por um pronome (que aliás já tem esta função de substituir o nome).

(6) Que João viaje desagrada a Maria.

A construção (6) apresenta uma conjunção integrante introduzindo “que João viaje”, a qual também é sujeito. O que acontece em (5) e (6) parece, em princípio, assemelhar-se ao que acontece em (2), (3) e (4): um elemento que não era originalmente um nome passa a desempenhar o seu papel específico, ou seja, passa a apresentar características típicas de um nome.

O fenômeno que ocorre nos três casos parece um tipo de flutuação sistêmica, uma capacidade que as palavras têm de mudar de categoria morfológica quando mudam sua função sintática. Isso quer dizer que, na verdade, um verbo no infinitivo é apenas verbo quando tomado isoladamente, fora do contexto de uma sentença. A partir do momento em que ele estiver inserido num contexto, somente seu papel sintático poderá determinar a que categoria morfológica estará inserido no momento.

Nos exemplos citados até aqui, apareceram casos de palavras que deixaram suas categorias de base para desempenharem as funções de sujeito e objeto que, tradicionalmente, deveriam ser desempenhadas por nomes (ou substantivos). O que se pretende no presente trabalho é procurar demonstrar que as categorias tradicionais não são tão estanques como se pretende, mas sim que permitem uma certa mobilidade para alguns

tipos de palavras, mais precisamente quando palavras de outras categorias gramaticais passam a ter um comportamento típico daquele dos membros da categoria dos **nomes**.

Esse processo de “migração” para a categoria dos nomes é comumente chamado de **NOMINALIZAÇÃO**, o qual pode ser percebido em momentos em que palavras (como verbos, por exemplo) passam a exibir um comportamento sintático/semântico semelhante àquele próprio de um nome. Esse processo também pode ser exemplificado pelo fato de que a maioria das palavras do português podem ser nominalizadas com o uso de artigos:

- (7) a. O cavalo é belo.
b. O belo é uma característica da arte.

ou com o uso de sufixos:

- (8) a. João andou rápido.
b. A rápidez é uma necessidade.

ou ainda da metalinguagem:

- (9) a. Rapidamente é um advérbio.
b. Mas é uma conjunção.

É preciso também que se diga que esse processo não é uma exclusividade do português. Em inglês (e provavelmente em outras línguas) também existem inúmeros exemplos de casos de nominalização:

- (10) a. The sky is blue.
 b. Blue is a nice colour.
 c. Children run out the school.
 d. Running is a good exercise.
 e. John's running is beautiful.

Nos próximos capítulos veremos o que alguns autores disseram sobre o processo de nominalização, mas antes de começarmos a revisão da literatura específica a respeito da nominalização, talvez seja interessante definir uma noção que será bastante utilizada durante todo o decorrer do trabalho, que é a noção de categoria gramatical.

Como afirma John Lyons (1979)², “é pouco consistente ou pouco uniforme o uso do termo *categoria* nos modernos tratamentos da teoria gramatical. Frequentemente é empregado como ‘classe’ ou ‘conjunto’, para referir-se a qualquer grupo de elementos reconhecidos na descrição de línguas particulares. Alguns autores referem-se às *partes do discurso* como *categorias*; outros, seguindo o uso mais tradicional, restringem a aplicação do termo a certos traços associados às ‘partes do discurso’ nas línguas clássicas (...) (pessoa, tempo, modo, etc.). E há outros sentidos técnicos - mais amplos, mais restritos ou bastante diferentes - em que se têm empregado o termo...” (p.285).

² *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

O que Lyons afirma em resumo é que a definição de categoria sempre vai servir aos interesses de uma abordagem teórica adotada. Na visão da Gramática Tradicional, que será vista inicialmente, o termo *categoria* é utilizado muitas vezes para definir *classes de palavras*, o que é bastante diferente da definição de categoria dentro de uma gramática categorial, como é o caso da Gramática de Montague que será citada durante o trabalho.

No âmbito das gramáticas ditas categoriais, o termo *categoria* é muito mais abrangente do que para a Gramática Tradicional porque não se limita somente ao trato das palavras isoladas, mas de todas as expressões de uma língua, o que equivale a dizer que na verdade categoriza todas as expressões, inclusive unidades maiores do que as palavras, tratando-as de forma diferenciada da tradicional. Nas palavras de José Borges Neto³:

“Se a gramática categórial prevê uma categoria de *nomes comuns*, tal como a gramática tradicional, o conjunto de expressões que pertence à categoria em cada uma das gramáticas é muito distinto. Na gramática tradicional, apenas palavras, como ‘*mesa*’, ‘*sapo*’, ‘*liberdade*’, etc. podem ser nomes comuns. Na gramática categorial, ‘*mesa*’, ‘*sapo*’ e ‘*liberdade*’ são nomes comuns, mas também o são ‘*mesa de carvalho*’, ‘*sapo verde*’, ‘*liberdade para os pássaros*’, ‘*livro de João*’, etc. Em outras palavras, estamos diante de conceitos distintos de categorias.” (p.58-59)

As palavras de Borges são perfeitas para ilustrar o que foi dito anteriormente: o conceito de categoria vai variar de acordo com os pressupostos teóricos de cada abordagem que se faça sobre a língua.

³ *Fundamentos de semântica formal*. Manuscrito inédito.

No presente trabalho, como serão vistos tanto pontos de vista da gramática tradicional quanto da gramática categorial (e também da gramática de Chomsky), nós tentaremos utilizar o termo *categoria* no sentido que é utilizado pela gramática categorial por entendermos ser mais abrangente e adequado à postura adotada aqui. Em relação à gramática tradicional, tentaremos utilizar o termo *classe* gramatical para definir os vocábulos do léxico que tradicionalmente são definidos como membros de conjuntos que apresentam as mesmas características sintáticas. Note-se que isso é apenas mais uma convenção e não o resultado de um estudo mais aprofundado que comprove as diferenças entre *classe* e *categoria*.

II - GRAMÁTICA TRADICIONAL

A Gramática Tradicional trata de alguns casos nos quais ocorre a nominalização (ou substantivação), embora sem se preocupar com o processo, como ocasiões em que algum elemento substitui o nome, desempenhando o seu papel, como é o caso dos pronomes substantivos, das orações subordinadas substantivas e também de qualquer palavra que possa ser determinada, como os adjetivos e os advérbios. Rocha Lima⁴ afirma:

“Qualquer palavra, expressão ou oração pode ser substantivada.” (p. 262)

e apresenta o seguinte exemplo de Olavo Bilac:

“O *não* que desengana, o *minca* que alucina...” (idem)

Esse pensamento que vigora hoje em dia nas gramáticas que seguem essa linha é insuficiente para explicar fatos como os apontados no capítulo de introdução. Vamos ver alguns exemplos retirados de trabalhos escolares de frases que foram produzidas por adolescentes da faixa etária de 16 a 18 anos, os quais, em princípio, representam uma camada da população que teve acesso à educação, mas que, ao mesmo tempo, ainda conserva uma certa espontaneidade:

⁴ ROCHA LIMA, C.H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

- (1) a. Azul é uma cor alegre.
b. Azul é uma cor calma.
c. Correr é um esporte magnífico.
d. Correr faz bem à saúde.
e. Amar é uma questão de escolha.

Nas sentenças acima encontramos casos de palavras que não estão determinadas por artigo, possessivo, outro elemento determinante, mas que nestes contextos estão desempenhando a função de sujeito das sentenças e são claramente nomes de alguma coisa (uma cor ou uma ação). Se elas são nomes de alguma coisa, então, nestes contextos elas fazem parte da classe dos substantivos.

Por outro lado, se elas não forem consideradas nomes, seria necessário mudar a definição de sujeito para que esta pudesse abarcar os casos apontados. Daí teríamos que aceitar uma definição do tipo: “sujeito é qualquer item lexical que represente o nome de alguma coisa sobre o qual se diz algo”, a qual parece carecer de qualquer rigor formal.

A explicação que os gramáticos dariam para esses fatos seria alguma coisa como: em (1a) e (1b) nós temos casos de derivação imprópria e nos demais exemplos tratam-se de orações substantivas reduzidas de infinitivo. Mais tarde voltaremos a essas definições.

Um aspecto interessante que pode ser notado ao se examinar os trabalhos dos gramáticos é o fato de que a elaboração da NGB (*Nomenclatura Gramatical Brasileira*) representou um retrocesso no que se refere à liberdade que os teóricos tinham (e têm) para pensar e até especular sobre os fatos da língua portuguesa. Antes da NGB havia um sério problema de falta de uniformização de discursos já que cada gramático tinha liberdade para

criar termos que fossem necessários para explicar os fenômenos que eles observavam. Isso causava problemas em diversos níveis desde o nível da publicação de gramáticas até problemas escolares, pois cada professor também tinha liberdade para seguir um ou outro autor ou até mesmo criar seus próprios nomes para os fatos da língua.

Só para ilustrar: Gladstone Chaves de Melo⁵ aponta os seguintes exemplos que eram encontrados antes da NGB: “as dicotomias sujeito ‘gramatical’ e ‘lógico’, ‘complexo’ e ‘incomplexo’ (...) a classificação dos verbos, complicadíssima, tendo em vista o regime, a conjugação, a metafonía, etc., o que gerava quantidade de nomes como *transitivo relativo*, *bi-objetivo*, *transobjetivo*, *regular*, *irregular gráfico*, *semi-irregular*, *defectivo*, *unipessoal*, *redundante*, e outros.” (p.301)

Se por um lado havia esse problema de falta de uniformidade, por outro, os gramáticos tinham uma certa liberdade para pensar e levantar hipóteses sobre a língua, o que, de certa forma, tornou-se marginal após a NGB. Marginal não no sentido de ser menos científico (muito ao contrário); mas no sentido de ir contra um pensamento institucionalizado, já que a partir de sua promulgação, a NGB passou a ser o instrumento através do qual a língua portuguesa passou a ser ensinada nas escolas, cobrada em concursos, etc.

Ao buscarmos trabalhos de gramáticos que ainda estavam liberados da NGB, é possível encontrar reflexões bastante interessantes a respeito dos fatos lingüísticos como o trecho que colocamos abaixo, retirado de Said Ali⁶, da sua *Gramática histórica da língua portuguesa*, que trata-se na verdade de uma edição revisada de *Lexeologia e formação de*

⁵ MELO, G.C. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livr. Acadêmica, 1975.

⁶ SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7ª ed. aumentada e melhorada de *Lexeologia e formação de palavras do português histórico*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

palavras e sintaxe do português histórico, de 1921 (alguns trechos foram sublinhados por mim porque parecem particularmente interessantes):

“As línguas enriquecem o seu vocabulário, não somente combinando palavras entre si ou ajuntando-lhes prefixos e sufixos, mas ainda dando a certos vocábulos sentido novo, fazendo-os servir em categoria diferente. Ser, jantar, dever, poder tanto são infinitivos como substantivos. O frio, o belo, o sublime aplicam-se a noções abstratas; o cego, o louco, o rico, o avarento referem-se a pessoas, funcionando pois o adjetivo como substantivo. Tais fatos se observam na linguagem, quer estudada sincronicamente quer examinada diacronicamente. *Lente, ribeiro, receita, estado, oriente*, hoje usados só como substantivos, procedem de antigos adjetivos e participios.

No entender de alguns gramáticos, faz parte da derivação o estudo deste enriquecimento do vocabulário sem auxílio de elementos formativos, e dão-lhe o nome de derivação imprópria por ser processo notoriamente dissemelhante do processo comum. Não adotaremos aqui esse parecer. A mudança de sentido e de função que sofrem as palavras, examina-se em outras partes da gramática, e, a dedicar-se uma parte especial a tão interessante assunto, deverá denominar-se semântica e não derivação.” (p. 230, 231)

Como se pode observar pelas partes sublinhadas, já em 1921, Said Ali reconhecia que existe um mecanismo dentro da língua que permite o enriquecimento do vocabulário através de um processo de mudança de classe gramatical. Além disso, outra observação digna de nota que ele faz é a de que um assunto tão interessante não deve ser tratado dentro do âmbito da derivação, mas no da semântica, demonstrando assim que, na sua visão, esse processo ultrapassa o artifício quase “mecânico” da sufixação.

Por outro lado temos os autores que seguem a NGB, como é o caso de Celso Cunha⁷. Segundo ele, os casos em que ocorre a nominalização seriam aqueles que ele chama de casos de “derivação”, quando uma palavra é modificada por sufixo⁸, como por exemplo:

(2) correr/ corrida; fugir/ fugitivo; belo/ beleza; rápido/ rapidez; pobre/ pobreza; etc.,

nos quais nós temos infinitivos e adjetivos que passaram a ser nomes através da colocação de sufixos; e de “derivação imprópria”, que seria o caso já citado anteriormente de se antepor um artigo ou um determinante a qualquer vocábulo da língua, como:

- (3) a. Meu *não* é definitivo.
 b. O *azul* é uma bonita cor.
 c. O *belo* é uma qualidade da arte.

É claro que essa explicação é insuficiente para se explicar a ocorrência dos exemplos (1a) e (1b), nos quais a palavra azul é usada como substantivo e não está determinada nem por artigo e nem por qualquer possessivo, o que significa que esse processo é alguma coisa a mais do que simplesmente antepor artigos ou determinantes aos vocábulos.

Em relação aos infinitivos que possam ocupar a posição de sujeito em uma sentença, ele vai chamar isso de oração reduzida de infinitivo. Isso implica em aceitar-se que

⁷ CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Padrão-Livraria Editora, 1980.

⁸ No caso da derivação com prefixos, normalmente não há mudança de classe gramatical: pôr/ transpor; avô/bisavô; destro/ambidestro; etc.

correr em “Correr é bom” não se trata apenas de um infinitivo, mas de uma oração reduzida de infinitivo, a qual, acredito eu, deveria talvez corresponder ao nome da propriedade “correr” ou “ato de correr”, o que também implicaria numa relação semântica entre o vocábulo e a idéia que ele veicularia.

Uma outra possibilidade é a de se pensar que se de fato essa derivação é “imprópria”, ela seja uma falsa derivação. Se ela for uma falsa derivação então é outra coisa que não uma derivação. Mas o fenômeno existe, as construções são possíveis e acontecem, logo precisa ser explicado por outra hipótese diferente da defendida pela “derivação imprópria”.

Vamos propor duas possibilidades de análise: a primeira baseia-se na idéia de que existe derivação. Se assumirmos que existe derivação então deveremos aceitar que algumas palavras do léxico possam, digamos, “estar a deriva” no mar do léxico. Isso quer dizer que essas palavras estariam sujeitas às marés e às diversas correntes. Essa analogia com o mar me parece interessante porque quando um barco está a deriva no mar ele está sujeito a determinadas correntes que podem levá-lo para uma ou outra direção, dependendo do ponto do mar em que esse barco esteja.

Voltando à questão da derivação, uma palavra que estivesse a deriva estaria em algum ponto em algum ponto do léxico, que seria definido pelas marcas de possibilidade de inserção lexical que ela possuísse. Por exemplo, a palavra *azul* teria marcas de inserção como substantivo e como adjetivo e essas marcas a colocariam a deriva num ponto do léxico em que estaria sujeita a ser influenciada por uma corrente que a levasse para uma classe ou outra, dependendo do uso que fosse feito dela.

A inserção seria feita sem marcas de sufixo, o que, já a primeira vista contradiz a idéia de derivação “própria”, a qual prediz que a derivação será feita através de sufixo. Isso quer dizer que se assumirmos essa hipótese, ela não caberia nem na definição de derivação nem na de derivação “imprópria”.

A segunda possibilidade é admitirmos o seguinte: no caso da derivação “própria” o que acontece é que nós podemos pegar, por exemplo, um adjetivo como *verde* e, através da colocação de um sufixo, derivar o substantivo *verdura*. *Verde* e *verdura* serão então duas palavras diferentes, pertencentes a duas classes diferentes. Mas como foi visto pelos exemplos em (1), nós podemos também construir uma sentença como: *Verde é uma cor relaxante*, na qual *verde* também é um substantivo. Por analogia com o que acontece com *verde* e *verdura*, podemos conceber que aqui aconteceu o mesmo: o substantivo *verde* foi derivado do adjetivo *verde*, só que sem o uso do sufixo. Isso vai acarretar em aceitarmos também que *verde*_{substantivo} e *verde*_{adjetivo} são duas palavras distintas.

A primeira proposta, apesar de parecer possível em outra teoria, não poderia ser aceita dentro do âmbito da gramática tradicional porque um dos preceitos desta é o de que as palavras pertencem a classes bem definidas e compartilham das características inerentes a essas classes.

Já a segunda parece ser mais aceitável dentro da própria gramática tradicional porque esta já prevê a possibilidade de homonímia. No entanto, ela traria como consequência a ampliação da base lexical porque não seria um caso isolado (o da palavra *verde*), mas um fenômeno que atingiria um grande número de palavras de várias classes gramaticais. Por exemplo, nós poderíamos ter:

- (4)
- | | |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| a. correndo _{gerúndio} | João está sempre correndo. |
| b. correndo _{advérbio} | João agiu correndo. |
| c. rápido _{adjetivo} | João é rápido. |
| d. rápido _{advérbio} | João agiu rápido. |
| e. amado _{particípio} | João não se arrepende de tê-la amado. |
| f. amado _{adjetivo} | João sente-se um homem amado. |
| g. correr _{infinitivo} | João vai correr pela manhã. |
| h. correr _{substantivo} | Correr é bom para a saúde de João. |

As duas hipóteses, de certa maneira, estão de acordo com as palavras de Said Ali citadas anteriormente, porque ambas explicariam o fato de que algumas palavras às vezes são infinitivos e outras vezes são substantivos.

De qualquer forma, seria inconveniente para a gramática tradicional pós-NGB porque, como já foi dito, grande parte dela é fundamentada na noção de classes bem definidas, nas quais as palavras possam ser inseridas sem passar pelo crivo de uma análise contextual. Talvez isso fosse possível através da modificação da definição de classe e da própria eliminação das classes tradicionais e adoção de outras classes. Por exemplo, Gladstone Chaves de Melo propõe uma divisão em cinco classes: *nome*, *determinante* (artigo, possessivos, indefinidos, adjetivos, advérbios), *pronome* (quando substitui o nome), *verbo* e *conectivo* (conjunções, preposições, pronomes relativos). Não vamos aqui discutir se essa classificação é melhor ou pior do que a tradicional, mas apenas admitir que existem maneiras diferentes de se tratar o léxico.

Vamos ver mais afirmações que contradizem a posição de Celso Cunha e da NGB. Torres (1965)⁹ concorda com a posição de Said Ali a respeito da chamada “derivação imprópria”:

“A chamada derivação imprópria, que consiste na formação de vocábulos pela mudança de categoria gramatical, pertence mais ao domínio da semântica, que estuda a significação das palavras, do que propriamente à morfologia.” (p.42)

Ao falar das formas nominais dos verbos ele diz:

“O infinitivo enuncia um fato de modo vago ou indefinido¹⁰ e corresponde, geralmente, a um substantivo.” (p.91)

Rocha Lima (1983), já citado anteriormente, apesar de ter sido um dos elaboradores da NGB, juntamente com Celso Cunha, Antenor Nascentes e outros professores do Colégio D. Pedro II, ainda consegue escapar um pouco das normas instituídas e perceber que existe uma certa liberdade lexical no que se refere às classes gramaticais. Em sua gramática, encontramos as seguintes definições para verbo:

“O infinitivo é antes de tudo um substantivo: como este pode ser sujeito ou complemento de um verbo, e, até, vir precedido de artigo.

⁹ TORRES, A.A. *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*. 17ª ed. revista e melhorada. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1965.

¹⁰ Infelizmente ele não explica o que significa ser “vago e indefinido” na sua definição, o que acaba fazendo com que ela seja também vaga e indefinida.

O particípio tem valor e forma de adjetivo: modifica substantivos com os quais concorda em gênero e número; apresenta o feminino em - a, e o plural em - s.

O gerúndio equipara-se ao advérbio, pelas várias circunstâncias de lugar, tempo, modo, condição, etc., que exprime.” (p.107)

Outro autor que faz observações muito interessantes a respeito da formação e uso do léxico é Gladstone Chaves de Melo. Em seu livro, no capítulo chamado de “A constituição do vocabulário”, ele faz algumas observações muito interessantes sobre a construção do léxico de uma língua. Segundo ele, além das palavras herdadas e das importadas de outros idiomas, existem três processos de formação de palavras: derivação, mudança de classe e composição. Sobre o segundo processo, o qual nos interessa mais diretamente, ele diz que “Por mudança de classe, como o nome indica, se deve entender a passagem de palavras de uma a outra classe gramatical, onde adquirem outra significação ou diverso matiz semântico” (P.219).

No capítulo sobre análise sintática, quase em resposta à afirmação de Celso Cunha, colocada acima, a respeito dos infinitivos e participios, ele afirma que é “Inútil quase sempre estar a falar em orações reduzidas, já que o infinitivo, o gerúndio e o particípio são nada mais que substantivos ou adjetivos verbais que exercem nas frases função de sujeito, de objeto, de complemento, de adjunto adnominal, de adjunto adverbial...” (p.249). No final do livro, quando comenta sobre a nomenclatura gramatical, ele faz outra observação muito interessante sobre as incoerências da NGB no que se refere às orações reduzidas: “Também não é admissível que se fale sistematicamente em *orações* reduzidas todas as vezes que se tem um infinitivo, um particípio ou um gerúndio a exercer a função X ou Y na oração A ou B.

Como seria possível harmonizar isso com a doutrina “cientificamente exata” se um infinitivo, gerúndio e particípio são “formas nominais do verbo”? Como seria possível harmonizar isso com o princípio de que se deve analisar a expressão tal qual se apresenta e nunca uma equissignificante, que é sempre sintaticamente outra?” (p.306). O que de certa forma vem a corroborar muitos dos exemplos colocados na parte introdutória deste trabalho, os quais apesar de estarem nos exemplos dados desempenhando a função de nome, deveriam ser tratados, segundo a NGB, como orações reduzidas, o que nos parece acima de tudo uma tentativa de buscar dentro da ideologia da gramática tradicional uma resposta que não fira os seus dogmas.

III - ZENO VENDLER¹¹

Vendler produziu esse trabalho no início da década de sessenta, embora a sua publicação seja de 1968. É importante notar-se essa diferença de datas porque por várias vezes ele utiliza o termo “transformações” para definir o processo de nominalização. No entanto, esse termo não deve ser compreendido como na teoria chomskyniana porque, apesar de definir também um processo de transformação sintática, não tem relação direta com a Gramática Gerativa Transformacional concebida por Chomsky. Na verdade, Vendler seguiu as idéias de Zellig Harris, que foram concebidas na mesma época em que Chomsky começou a produzir a sua teoria, mas que seguem uma outra linha de pensamento que pode ser chamada de “Estruturalismo Transformacional”, uma variante do Estruturalismo dito “moderno”.

Em seu trabalho, Vendler faz um levantamento dos casos em que ocorre nominalização no inglês. A primeira diferenciação que aparece em seu trabalho para definir o que são realmente casos de nominalização é em relação às orações relativas em sentenças como:

(1) Mary, who works hard, will pass.

Mary, que estuda duro, passará.

nas quais, a oração relativa intercalada aparece introduzida por *who* e faz parte do produto da transformação de duas sentenças originais:

¹¹ *Adjectives and Nominalization*. in *Papers on formal linguistics*, n° 5. Mouton, Paris, 1968.

(2) Mary will pass.

Mary passará.

e (3) Mary works hard.

Mary estuda duro.

Ou seja, a conjunção de duas sentenças acabou por gerar uma terceira que resume as idéias contidas nas duas sentenças originais. A sentença (2) neste caso é a sentença matriz e a sentença (3) é que foi intercalada via transformação na primeira, funcionando como uma espécie de predicado secundário de *Mary*. Na oração relativa intercalada, *Mary* é substituída por *who*, que desempenha o papel que o nome desempenha na sentença matriz, evitando uma repetição estranha como:

(4) *Mary, Mary estuda duro, passará.

Ele utiliza essa discussão a respeito das orações relativas (no caso do inglês, introduzidas pelas chamadas palavras *WH*, como *who*, *where*, *when*, *that* - como exceção - *whose*, etc.) para demonstrar a diferença entre esse tipo de conjunção e a que ocorreria no caso de uma verdadeira nominalização.

Comparemos duas sentenças:

(5) Mary, that works hard, will pass.

(6) I know that he died.

Em (5), existe uma seqüência N wh..., na qual N pertence à sentença raiz¹² enquanto que wh... pertence à oração intercalada e refere-se ao mesmo ser referido por N. Em (6), ao contrário, na sentença nominalizada *that he died*, “that” não refere-se ao mesmo sujeito da sentença raiz *I know*.

Utilizando outro de seus exemplos, na sentença:

(7) *His death* is unlikely.

Sua morte é desagradável.

A partícula nominalizada *his death* teria como sentença original¹³:

(8) He dies.

E como sentença raiz:

(9) N is unlikely.

na qual N não é idêntico a “he” da sentença (8), ao contrário do que acontece com as orações relativas que, como já foi dito, referem-se ao mesmo sujeito da sentença raiz. Essa seria uma maneira para se diferenciar uma verdadeira nominalização de uma outra que fosse uma

¹² O termo sentença-raiz refere-se a uma sentença que possui um espaço vazio, dito N, esperando por um nominal. A partir de certo momento do trabalho ele passa a utilizar o termo *container* para definir esse tipo de sentença.

¹³ Para definir uma sentença original que possa vir a ser nominalizada, ele utiliza o termo *matrix*, em português *matriz*.

nominalização reduzida em formato de oração relativa, ou seja, enquanto a segunda seria formada de duas sentenças completas ou quase completas, a verdadeira nominalização colocaria uma sentença em uma outra sentença (raiz) que tivesse um espaço vazio para ser preenchido por um nome, como por exemplo:

(10) He shocked us by *telling a dirty joke*.

Ele chocou-nos por *contar uma piada suja*.

a qual seria decomposta em:

(11) He told a dirty joke.

Ele contou uma piada suja.

(12) He shocked us by N.

Ele chocou-nos por N.

Como pode-se facilmente perceber, (11) é uma sentença que neste caso possui sentido completo. Já (12) tem um sentido quase completo, o qual para ser completado necessita de um N que é preenchido em (10) por um nominal¹⁴, uma forma nominalizada de (11). No caso das orações relativas não há um N esperando para ser preenchido.

Esse N tanto pode ser um termo nominalizado (um nominal) quanto um nome genuíno. O que vai definir isso é o tipo de sentença raiz que contenha esse N. Por exemplo, no último exemplo visto (10) *He shocked us by...*, o espaço vazio só pode ser preenchido por

¹⁴ Vendler utiliza o termo *nominal* para definir um SN que seja resultado de uma verdadeira nominalização.

uma estrutura nominalizada como *telling the truth* ou *showing his real face* e não com nomes genuínos como *Paul, lion, chair*, etc. Por outro lado, no exemplo (6) *I know...*, N pode tanto ser um nominal como *that he died* ou um nome genuíno como *New York* ou *the city*. Segundo a terminologia que ele utiliza, em *I know New York* nós teríamos uma sentença e em *I know that he died*, um nominal composto¹⁵.

Em resumo, o que foi visto até aqui serviu para ilustrar o que Vendler entende como sendo o processo de nominalização que seria, grosso modo, uma transformação de uma matriz em um nominal que possa ser recebido por um container apropriado. Em seguida vamos ver como ele classifica os nominais.

O primeiro tipo de nominais que ele aborda são os que ele chama de “nominais completos”, os quais, segundo ele, são aqueles que menos modificam a sua matriz de origem, como por exemplo:

- (13) that John has arrived
que João tenha chegado

cuja matriz é “John has arrived” e que permanece praticamente inalterada após a nominalização que foi obtida a partir da adição de *that*.

Esses nominais que produzem um mínimo de alteração em suas matrizes são divididos em cinco classes que veremos a seguir:

¹⁵ Para tornar mais clara a sua terminologia, vejamos um exemplo que ele próprio utilizou: “the nominal compound *His death is unlikely* fits the nominal *his death* which comes from de matrix *He dies* into the container *...is unlikely*.”

a) O primeiro caso de nominalização que é apresentado é o das orações que são nominalizadas com o uso de *that*, ou seja, as chamadas *that*-clauses, como é o caso do exemplo abaixo:

(14) That he died surprised me.

Em (14), a oração iniciada por “that” está nominalizada e a palavra está substituindo alguma informação a respeito da morte de alguém. Essa oração poderia ser facilmente trocada por outra como “the fact he died surprised me”. Neste caso a troca da oração iniciada por “that” exigiu uma mudança para preencher uma lacuna que foi deixada por ela. Na substituição (por “the fact”) houve a necessidade de se colocar um nome na lacuna deixada, ou seja, a retirada de “that” exigiu que um nome fosse colocado no seu lugar para desempenhar o mesmo papel. O mesmo pode ser exemplificado em português com uma estrutura como:

(15) Que João viaje tanto desagrada Maria.

Em (15), também é possível substituir a oração iniciada por “que” por uma outra que também desempenhe o papel de um nominal, como, por exemplo, “o fato de João viajar tanto desagrada Maria” ou “O fato de que João viaje tanto desagrada Maria”, as quais, inclusive, podem ser a matriz do nominal.

Para Vendler, este tipo de nominal teria o formato:

(a) NV+ → that NV+

na qual, V+ representa um verbo que seja seguido por objeto. V- representaria, por outro lado, um verbo que não é seguido por objeto. Esse primeiro tipo de nominal poderia estar presente, por exemplo, em sentenças dos seguintes tipos (**n** representa o nominal):

n V +	That he died surprised me/ Que ele morreu surpreendeu-me
N V n	I know that he died/ Eu sei que ele morreu
n is A	That he died is unlikely/ Que ele morreu é desagradável
n is N	That he died is a fact/ Que ele morreu é um fato.

b) O segundo tipo de nominal apresentado por ele é um que também mantém a matriz mais ou menos intacta através da inclusão da palavra *whether*, e que teria um formato muito semelhante ao apresentado pelas nominalizações com *that*:

(b) N V+ → whether N V+

e poderia aparecer em sentenças dos seguintes tipos:

n V+	Whether he died puzzled me/ ?Se ele morreu confundiu-me ¹⁶
N V n	I wonder whether he died/ Eu me pergunto se ele morreu
n is A	Whether he died is uncertain/ Se ele morreu é incerto
n is N	Whether he died is a mystery/ Se ele morreu é um mistério

¹⁶ Em relação às sentenças com *whether*, optou-se por uma tradução literal para o português antecedida por uma interrogação porque apesar de a tradução ser inteligível não é usual em português.

Vendler chama a atenção para o fato de que entre *that* e *whether*¹⁷ existe uma diferença semântica já que enquanto a primeira tem um caráter mais assertivo a segunda significa uma possibilidade, ou seja, possui um caráter mais “problemático”. Além dessa diferença semântica, entre as duas também há uma diferença sintática em relação aos containers em que os nominais podem ocorrer:

I think that he died

* I wonder that he died

* I think whether he died

I wonder whether he died

Uma última diferença que vale a pena lembrar é que numa estrutura do tipo N V n a partícula *that* pode ser suprimida ao contrário de *whether*, que não pode sofrer um processo de elipse, mas pode ser substituída por *if*, sem que isso mude o seu caráter de nominal ou o seu significado, como nos exemplos abaixo:

I know (that) he died.

I wonder (whether) if he came.

c) O terceiro tipo de nominal completo é bastante parecido, em relação ao produto, aos dois tipos anteriores. É o tipo introduzido pelas palavras *WH* (*who*, *which*,

¹⁷ *that* e *whether* podem ser traduzidos para o português como *que* e *se*.

what, where, when, why, how) que desempenham o papel de pronomes. Vejamos os exemplos abaixo:

- (16) What he found is uncertain./ O que ele encontrou é incerto.
 (17) Where he can be puzzles me./ Onde ele pode estar confunde-me.
 (18) Why he did it is a secret./ Por que ele fez isso é um segredo.

Como se pode facilmente verificar, nos três exemplos, as palavras *WH* estão desempenhando o papel de nominais (tanto nos exemplos originais quanto nas respectivas traduções em português). Em (16), *what* está representando uma coisa, algo que não se pode especificar através do contexto da sentença; em (17), *where* é um lugar tão pouco especificado quanto o caso anterior; em (18), *why* provavelmente é um motivo ou uma razão, mas também não se pode especificar o que de fato é.

A diferença básica entre o nominal c) e os anteriores é que ao invés de manter a matriz mais ou menos intacta e se inserir nela, a palavra *WH* a substitui, principalmente, como em português, por uma questão de economia lingüística. Isso implica que após a transformação a matriz acaba aparecendo incompleta, necessitando que um substituto seja implementado para se obter uma sentença completa. Esse tipo de nominalização seria o seguinte:

(c) S (some...) → n (wh...)

o que possibilitaria as seguintes estruturas:

some... V+ → wh... V+

NV some...	→ wh... NV-
NV+ sometime	→ when NV+
NV+ somewhere	→ where NV+
NV+ somehow	→ how NV+
NV+ for some reason	→ why NV+

d) e e) Os dois últimos nominais completos que ele apresenta são muito semelhantes e, portanto, é mais conveniente que eles sejam vistos ao mesmo tempo. Esses dois tipos de nominais são basicamente os derivados através da colocação de sufixos (em alguns casos também de prefixos).

Segundo o autor, praticamente todos os verbos do inglês (exceto alguns auxiliares como *shall*, *can*, *may*) podem ser derivados através do sufixo *ing*.

Isso não quer dizer que a colocação de *ing* gere apenas nominais como nos exemplos abaixo:

(19) I eat John's cooking. / Eu como a comida de John.

(20) I sold a painting. / Eu vendi uma pintura.

Em alguns casos, o processo de sufixação com a partícula gerundiva acaba por gerar adjetivos¹⁸ como em *the running water* (a água corrente) ou *racing car* (carro de corrida).

¹⁸ Em português, os gerúndios normalmente funcionam como advérbios como em "Ele mudou correndo de idéia", na qual "correndo" não está sendo utilizado como verbo e sim como advérbio, passando a idéia de que

Além da possibilidade de derivação através do sufixo *ing*, que ele afirma poder ser tanto um sufixo forte quanto fraco, ele relaciona outros sufixos (fortes) que são capazes de nominalizar verbos como os abaixo:

zero: run, walk, study, etc./ correr, andar, estudar, etc.;¹⁹

-ion: explanation, motion, division, etc./ explicação, movimento, divisão, etc.;

-ment: movement, ailment, etc./ movimento, indisposição, etc.;

-al: refusal, disposal, reversal, etc./ recusa, disposição, inversão, etc.;

-ure: mixture, departure, rupture, etc./ mistura, partida, ruptura, etc.

Como se pode ver pelas traduções, muitos casos são parecidos com o que acontece em português, que também possui relações do tipo “dipor-disposição, partir-partida, dividir-divisão, etc.”:

Diferenciando agora d) e e) nós teríamos um formato para d) que seria o seguinte:

NV+ → N's Ving+

Ou seja, há uma separação do sujeito e da matriz através da inserção do sufixo 's e após isso a adição de *ing* ao verbo.

ele mudou de idéia rapidamente e não que ele mudou de idéia enquanto estava correndo. Parece-me inclusive que se “correndo” estivesse no final da sentença poderíamos aceitar a idéia que a sentença seria ambígua: “Ele mudou de idéia correndo” de fato pode também significar que ele estava correndo quando mudou de idéia, mas o primeiro exemplo não me parece ter essa possibilidade de dupla interpretação.

¹⁹ O que Vendler chama de sufixo “zero”, aqui, equivale de certa forma àquilo que os gramáticos tradicionais chamam de derivação imprópria, e parece que para ele também é uma forma de explicar o fato de que os infinitivos têm um comportamento semelhante ao dos nomes mesmo sem modificar a sua forma.

Exemplos:

- n V+** John's having won the race surprised me
- N V n** He admitted John's being able to win
- n is A** His winning the race is unlikely
- n is N** His having won the race is a fact
- N V P n** He talked about John's having won the race.

Finalmente, o tipo e) realiza o processo de nominalização da matriz através da colocação de um sufixo forte no verbo-raiz, ou pela colocação de *ing* com complementos e com as mudanças morfológicas que são típicas dos nomes. O tipo e) pode ter os seguintes formatos:

- N V** → **N's V_n**²⁰
- N V D_A**²¹ → **N's A V_n**
- N_i V N_j** → **N_i's V_n of N_j**

Exemplos:

- n V+** John's speech lasted for an hour
- N V n** I watched her beautiful dance
- n is A** His singing of the Marseillaise was loud
- n is N** His death was a slow process
- N V P n** I listened to his long speech

²⁰ V_n indica aqui um verbo com um sufixo forte ou com um forte *ing*.

²¹ D_A denota um advérbio (slowly) que tem um adjetivo correspondente (slow).

A diferença básica entre sufixos fracos e fortes para ele está principalmente no fato de que um sufixo forte de certa forma destrói a matriz, transformando-a em um verdadeiro nome. O mesmo não acontece com um sufixo fraco que irá criar um nominal através de uma ação que é muito menos radical do que a primeira. E é essa diferença que existe na atuação dos sufixos que irá diferenciar os tipos d) e e).

Após esta rápida visão do que ele chama de nominais completos, vamos ver um pouco sobre os chamados nominais incompletos. O que diferencia os dois tipos, basicamente, é o fato de os primeiros não dependerem essencialmente de containers específicos para ocorrer, enquanto que os segundos só ocorrem em ambientes determinados (containers).

Vamos voltar ao exemplo (10):

He shocked us by telling a dirty joke.

Como já foi mostrado anteriormente, (10) forma uma sentença com sentido completo a partir da fórmula “He shocked us by N”, na qual N é um nominal e “He shocked us by...” é um container capaz de “hospedar” qualquer outro nominal que satisfaça as suas exigências para completar o sentido inicial. Utilizando a tradução do exemplo (10), nós poderíamos fazer as seguintes (e outras mais) construções:

- (10) Ele chocou-nos por
- contar uma piada suja.
 - tirar a roupa em público.
 - zombar de um cego.
 - roubar o doce de uma criança, etc.

É importante observar também que a relação aqui é de duas mãos. Da mesma forma que um container pode permitir a presença de alguns nominais e não de outros, um nominal pode aparecer em alguns containers mas não em outros:

- (10) Ele chocou-nos por contar uma piada suja.
 10.1 Ele alegrou-nos por
 10.2 João aborreceu-nos por
 10.3 Maria surpreendeu-nos por , etc.

Acima, nós podemos ver três exemplos de containers estruturais capazes de abrigar o nominal.

Vendler divide os nominais incompletos em 4 tipos, os quais diferem-se dos anteriores principalmente porque as transformações envolvidas operam-se somente em relação com as estruturas dos containers apropriados.

f) O primeiro desses tipos segundo ele tem a seguinte transformação para nominalização:

$$f) N_i V_i 0; N_i V_j + \rightarrow N_i V_i [V_j \text{ ing } +]$$

A classe de containers para f) é a que comporta os verbos *begin*, *start*, *keep*, *resume*, *continue*, *stop*, *finish*, como no exemplo abaixo:

I started singing the song/ Eu comecei a cantar a canção

g) O tipo seguinte tem como regra de transformação:

$$g) N_i V_i [N_j \dots]; N_j V_j + \rightarrow (N_i V_i [N_j] V_j +)$$

Os verbos que fazem parte dessa classe de container são os verbos que passam uma idéia de percepção como *see, hear, feel, watch* que podem estar em sentenças como as abaixo:

I heard him sing/ Eu ouvi ele cantar

I saw him cross the street/ Eu vi ele atravessar a rua

I felt the house tremble violently/ Eu senti a casa tremer violentamente.

h) $N_i V_i 0; N_i \text{ subj } (V_j) + \rightarrow N_i V_i [\text{to } V_j +]$

Basicamente, o que diferencia essa categoria das duas anteriores é o fato de que os verbos recebem a marca “to V+” e não V_{ing} ou $V+$ como as anteriores. Fazem parte dessa classe de container os verbos *want, wish, like, prefer, decide, resolve, promise, remember, forget, etc.* Ou seja, os verbos ligados às “intenções” humanas. Exemplos:

I want to go home/ Eu quero ir para casa

He likes to drive fast/ Ele gosta de dirigir rápido

She decided to take the job/ Ela decidiu pegar o trabalho

He promised to pay on time/ Ele prometeu pagar em dia.

i) $N_i V_i [N_j \dots]; N_j \text{ subj } (V_j) + \rightarrow (N_i V_i [N_j] \text{ to } V +)$

Essa categoria, como a anterior também faz uso de “to V+” e os verbos que fazem parte dessa categoria estão relacionados com as ações humanas. São eles: *ask, urge, order, advise, permit, compel, force, help, etc.* Exemplos:

I asked him to do the job/ Eu pedi para ele fazer o trabalho

I ordered him to arrest her/ Eu ordenei a ele que a prendesse

He permitted me to go home/ Ele me permitiu ir para casa.

Após vermos os tipos de nominais com que Vendler trabalha, falta agora ver um pouco sobre os containers, que foram bastante citados durante o capítulo. Segundo ele, existiriam cinco tipos básicos de containers capazes de conter nominais, relacionados abaixo na coluna da esquerda. Na coluna do meio estão suas respectivas estruturas (é conveniente lembrar que 0 representa o que ele chama de *noun-gap*, que podemos traduzir como “lacuna nominal”), e na coluna da direita o que significa o índice sobrescrito.

Ct^{V^-}	:	N V 0	:	verbo sem complementos
Ct^{V^+}	:	0 V +	:	verbo com complementos
Ct^A	:	0 is A	:	adjetivo
Ct^N	:	0 is N	:	nome
Ct^P	:	...P 0	:	preposição

A partir dessa relação básica é possível então dividir os 8 tipos de nominais nos containers em que eles podem estar. Não repetiremos aqui toda a relação que Vendler faz

(e que, segundo ele também está incompleta) para não nos alongarmos em demasia. Vamos ver apenas alguns exemplos:

Ct^{V_a} : I think [that she arrived]

$Ct^{V_{adh}}$: I forgot [that she arrived]

[her arrival]

[to visit her]

$Ct^{V_{ad}^+}$: [That she arrived] surprised me

[Her arrival]

$Ct^{A_{adj}}$: [That he won the race] is impossible

[His winning the race]

(For him) [to win de race]

$Ct^{N_{ad}}$: [That he died] is a fact

[His death]

Ct^{P_d} : I counted upon [his winning the race]

Ct^{P_c} : I talked about [the performance]

Essa pequena exemplificação que foi colocada acima não esgota as possibilidades de combinação entre containers e nominais. Ou seja, por exemplo, no caso do exemplo citado ($Ct^{A_{adj}}$) existem três nominais que podem estar neste tipo de container com o predicado “is impossible”. Isso quer dizer que com outro predicado (dentro de certos parâmetros, naturalmente) poderia haver outro ou outros tipos de nominais.

O trabalho de Vendler é um exemplo de como se poderia lidar com os casos de nominalização em português. Como as próprias traduções mostram, muitos dos tipos indicados por ele podem ser adaptados para o português, desde que, é claro, o que se pretenda seja uma descrição estrutural do processo. Por exemplo, para definir o seguinte nominal:

(11) Correr é bom.

nós poderíamos estabelecer que para esse tipo de construção (nominal, verbo, adjetivo) haveria um container apropriado como:

Ct^A : 0 é A

que especificaria que um nominal do tipo *e* (modificado por sufixo fraco) pode estar nessa estrutura predicativa.

Um dos inconvenientes que esse tipo de abordagem pode ter provém do fato que qualquer análise desse ponto de vista torna o trabalho mais oneroso graças a um excesso de fatos lingüísticos e de regras para explicá-los, classificá-los e subclassificá-los, o que, além de tudo, impede que se obtenham generalizações a respeito.

IV - NOAM CHOMSKY²²

No âmbito da gramática gerativa também se estudou o comportamento dos nominais. Durante a década de sessenta e início da década de setenta, após a publicação de *Aspects of the theory of syntax*²³, a partir de observações que foram feitas sobre a semelhança de comportamento que os nominais demonstravam em relação aos nomes. Em *Aspects*, Chomsky afirmou: “Os processos de derivação apresentam problemas muito maiores para qualquer tipo de gramática generativa (isto é, explícita) do que os sistemas de flexão...” (p.278). Examinando palavras como *destruction* e *refusal*, ele afirmava que estas deveriam ser introduzidas no léxico não nessa forma mas com as formas primitivas (*destroy*, *refuse*), as quais receberiam traços que determinariam quais formas fonéticas elas poderiam assumir quando aparecessem em frases nominalizadas. Além disso ainda haveria uma transformação de nominalização sobre o indicador sintagmático generalizado.

Quando *Aspects* foi publicado, ainda eram as transformações o centro de atenção da teoria, o que acabou mudando um pouco mais tarde com o fato de que a hipótese lexicalista passou a ganhar espaço dentro do âmbito da gramática gerativa.

Remarks on nominalization marcou o início de uma fase de amplas discussões a respeito desse fenômeno. O que Chomsky faz em seu texto é estabelecer uma discussão entre a hipótese transformacional e a hipótese lexicalista com o intuito de buscar a melhor forma para se tratar os nominais.

²² “Remarks on nominalization”, in Chomsky, Lakoff, MacCawley & Ross *Semántica y sintaxis en la lingüística transformatoria*. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

²³ *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2ª ed. Armênio Amado - Editor, Sucessor: Coimbra, 1978.

Ele começa a sua discussão a partir de algumas estruturas que possuem dois nominais correspondentes (nominalizadores de gerúndio e nominalizadores derivados).

Vejamos os seus exemplos:

- (1) a. John is eager to please.
- b. John has refused the order.
- c. John criticized the book.
- (2) a. John's being eager to please.
- b. John's refusing the offer.
- c. John's criticizing the book.
- (3) a. John's eagerness to please.
- b. John's refusal of the offer.
- c. John's criticism of the book.

No grupo (1) encontramos as sentenças primitivas, no (2) os nominalizadores de gerúndio e no (3) os nominalizadores derivados. É interessante que notemos as semelhanças que existem entre os gerúndios, os derivados e as palavras nas sentenças originais. Por exemplo, tomando (1)c “criticized”, (2)c “criticizing” e (3)c “criticism”, percebemos facilmente que as três palavras possuem a mesma raiz: *critic*, da qual provavelmente as três palavras derivaram. Além disso, uma outra semelhança que não pode ser desprezada é que as três ocorrências significam exatamente a mesma coisa: a) que alguém criticou alguma coisa; b) que esse alguém é John; c) que aquilo que foi criticado é um livro.

Além dessas duas semelhanças ainda é preciso notar o aspecto de semelhança sintática existente entre as três construções. Se levarmos em consideração os significados das três sentenças como visto acima, poderíamos afirmar que a posição de sujeito só poderia ser ocupada por uma expressão que significasse um ser humano, pois, ao menos neste nosso mundo, apenas os seres humanos criticam. A posição de objeto, nos três casos, também poderia ser ocupada pela mesma palavra nos três casos (*newspaper*, por exemplo).

Chomsky, por outro lado, chama a atenção para as diferenças que existem entre os dois tipos de nominais. Os gerúndios formar-se-iam com bastante facilidade a partir de proposições da forma “sujeito-predicado”, a relação entre os seus significados e os significados da proposição é regular e sua estrutura interna seria diferente da estrutura de um SN. Dessa maneira, um gerúndio não aceitaria por exemplo a inserção de um adjetivo, como seria normal no caso de um nome, mas aceitaria a presença de um advérbio como é típico dos verbos.

Já os derivados possuem um comportamento semelhante ao dos nomes. Eles podem ser modificados por adjetivos, a sua estrutura interna é semelhante à de um SN e as suas relações semânticas com as proposições são muito variadas e peculiares.

Inicialmente ele faz duas propostas para lidar com os nominais: “podríamos ampliar las reglas de la base de forma tal que en ellas encajara directamente el nombrador derivado (propuesta a la que llamará ‘postura lexicista’), con lo que se simplificaría el componente transformador, o bien podríamos simplificar las estructuras de la base, excluyendo tales formas y derivándolas mediante una ampliación de la maquinaria transformatoria (con la ‘postura transformacionista’)” (p.140). Além disso ele admite

também que seja possível encontrar uma solução capaz de conciliar as duas propostas de forma que cada uma passe a tratar de um dos tipos de casos.

a) A postura transformacionalista:

Segundo Lúcia Lobato²⁴, a proposta de se tratar os nominais como estruturas derivadas transformacionalmente tem origem no trabalho de Robert Lees²⁵, o qual posteriormente foi retomado pelos seguidores da teoria da semântica gerativa.

O que está na base da hipótese transformacionalista é a idéia de que a relação que existe entre uma sentença e os seus nominais correspondentes pode ser definida por regras de transformação e isso pode ser aplicado tanto para os nominais gerundivos quanto para os nominais derivados.

Retomando os exemplos que foram vistos acima:

- (1) c. John criticized the book.
- (2) c. John's criticizing the book.
- (3) c. John's criticism of the book.

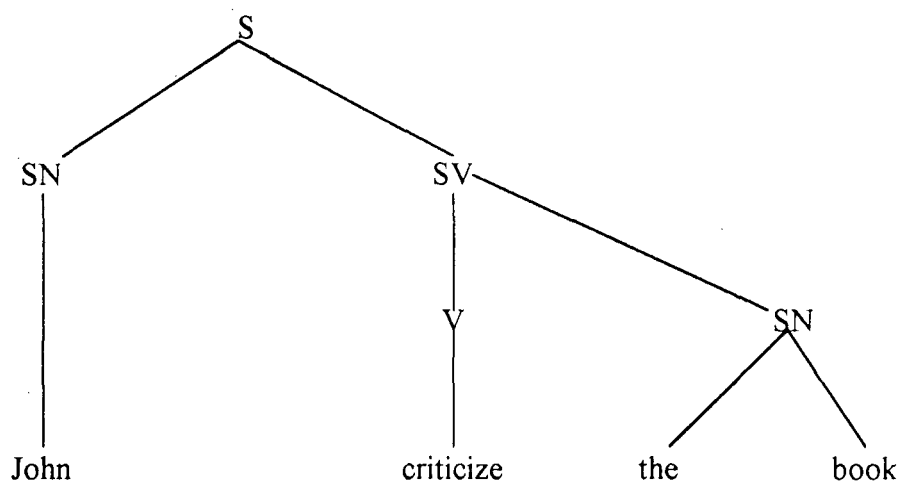
A respeito das observações feitas anteriormente a respeito das semelhanças existentes entre as três construções, para a hipótese transformacionalista, elas seriam fruto do fato de existir apenas uma sentença na estrutura profunda:

- (4) John criticize(s) the book.

²⁴ *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Ed. Vigília, 1986.

²⁵ *The grammar of English nominalization*. Haia: Mouton, 1960.

John criticize(s) the book.



da qual as três seriam originadas através de regras transformacionais.

A hipótese transformacionalista baseia-se na similaridade que existe entre a sentença e os dois nominais para justificar a afirmação de que as três se originam na mesma estrutura profunda. Além da similaridade léxica (as três contêm *criticize*), da semântica (as três significam a mesma coisa) que já foram citadas anteriormente, também podem ser percebidas outras semelhanças. Por exemplo, ainda no nível lexical, além de compartilharem o elemento verbal *criticize*, as três contêm como outros elementos constituintes em comum o nome próprio *John*, o artigo definido *the* e o nome comum *book*.

Além disso, se as três estruturas possuem o mesmo elemento verbal na estrutura profunda, elas devem compartilhar os mesmos traços de restrição (sujeito, tipo de objeto, complementos, etc.) que a sentença da estrutura profunda, apesar de possuírem diferentes estruturas superficiais.

b) A postura lexicalista:

As diferenças de comportamento entre os dois tipos de nominais levou Chomsky a postular um tratamento diferenciado para os gerundivos e os derivados. Vejamos as diferenças que são apontadas por Lúcia Lobato a partir das afirmações de Chomsky:

“(1) os nominais gerundivos têm comportamento similar ao do verbo, mas os nominais derivados se comportam como nomes - os gerundivos aceitam os verbos aspectuais como seus determinantes (*John's having criticized the book*), podem ser modificados por advérbios (*John's sarcastically criticizing the book*) e regem transformações exclusivas de verbos como Alçamento de Sujeito (*John's being certain to win*); ao passo que os nominais derivados são determinados por adjetivos (*John's sarcastic criticism of the book*), podem estar no âmbito de expressões partitivas (*some of the John's criticisms of the book; John's many refusals of the offer*), podem ser pluralizados (*John's criticisms, John's refusals*), não regem Alçamento de Sujeito (**John's certainty to win*) e aceitam artigo na ausência do sujeito (*the certainty that John will win us, * the being certain that John will win*);

(2) as nominalizações gerundivas são regulares e produtivas, o mesmo não se dando para os nominais derivados: **the easiness do please John, *John's amusement of the children with his stories, *its seem that John is gone*;

(3) a correspondência semântica entre verbo e forma nominal é regular para os gerundivos e idiossincrática para os nominais derivados;

(4) existem construções nominais não-gerundivas a que não correspondem verbos, mas esses verbos teriam de ter existência se se derivassem os nominais dos verbos.”

(p. 278, 279)

A partir dessas observações, Chomsky então vai propor que os nominais derivados recebam um tratamento diferenciado daquele que poderia ser dado pela hipótese transformacionalista que os trataria da mesma forma que os gerundivos.

Basicamente o que diferencia a hipótese lexicalista da transformacionalista é o fato de que a primeira, ao contrário da segunda, defende que a relação existente entre uma sentença e o seu respectivo nominal é uma relação léxica e não transformacional. Ou seja, enquanto a hipótese transformacionalista defendia que havia apenas uma sentença na estrutura profunda e que dessa sentença, através de regras de transformação, seriam gerados os nominais na estrutura superficial, a hipótese lexicalista propunha que os nominais derivados teriam estruturas profundas próprias. Isso quer dizer que eles já seriam gerados como SN.

O ponto de partida de Chomsky para postular um tratamento diferenciado para os nominais derivados foi propor que muitas palavras do léxico são providas de traços seletivos e de subcategorização fixos mas que permitem que essas palavras “assumam” traços que estão vinculados às categorias dos nomes, dos verbos e dos adjetivos:

“podemos introducir *refuse* en el lexicón como pieza dotada de ciertos rasgos selectivos y de subcategorización estricta fijos, pieza que estará exenta de los rasgos categoriales [nombre] y [verbo]; entonces, unas reglas morfológicas en gran parte especiales, peculiares sólo de la pieza del caso, determinarán la forma fonológica de *refuse*, *destroy*, etc., cuando estas piezas aparezcan en posición de nombres; y el hecho de que, ya sean nombres o

verbos, *refuse* leve como complemento un sintagma nominal o una oración completa reducida, mientras que *destroy* sólo admita un sintagma nominal como complemento, se expresa por la estructura de rasgos de la rúbrica léxica <neutral> (de igual modo que sucede con las propiedades selectivas.” (p. 145)

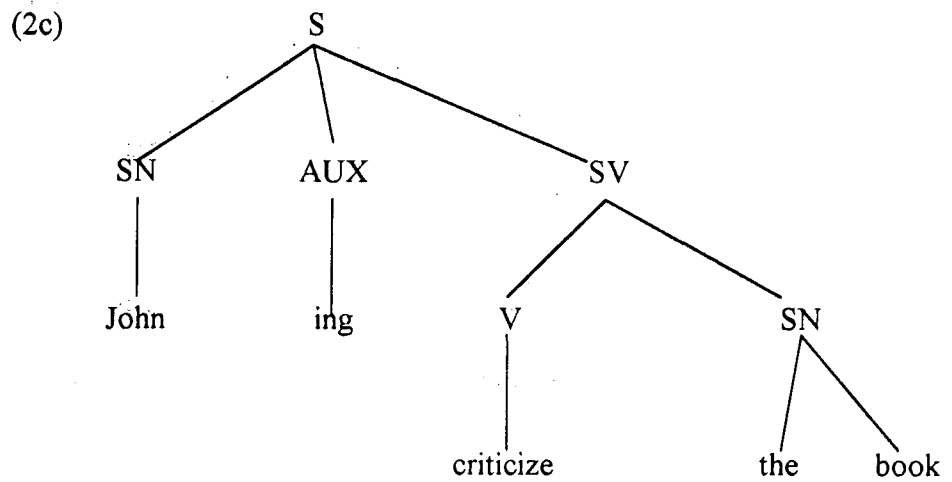
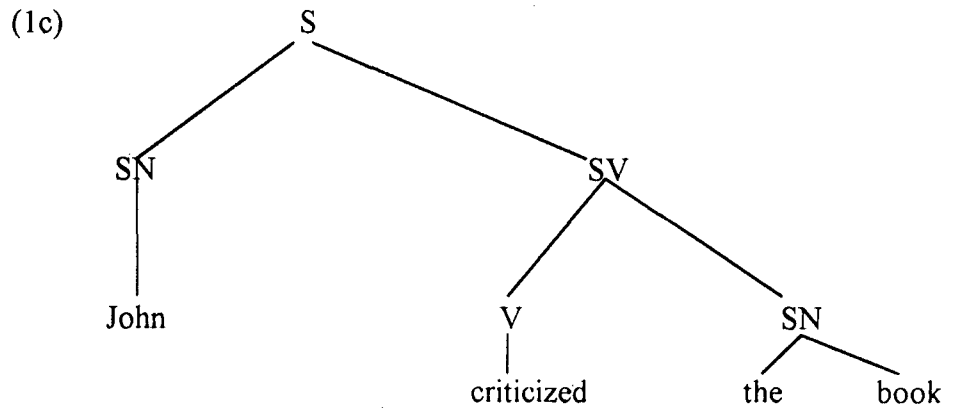
As palavras de Chomsky, no mínimo, acabam por inverter completamente o que se pensava anteriormente, pois se uma palavra pode receber esse traço “neutro”, então ela deixa de fazer parte de uma categoria do léxico, a priori, e passa a poder exercer mais de um papel sintático.

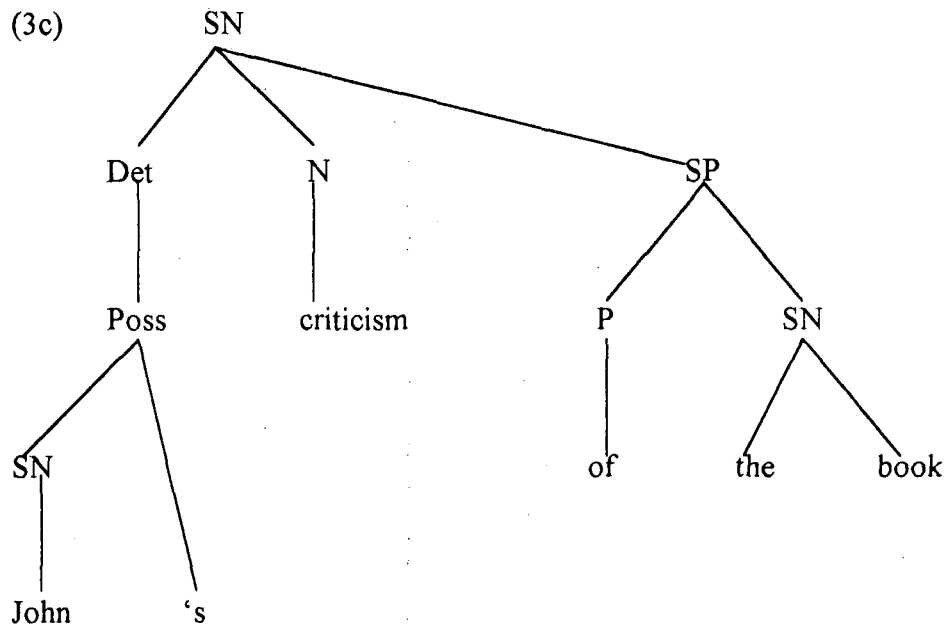
Em relação ao exemplo dado por Chomsky no trecho acima (*refuse*), pode-se dizer que o traço “neutro” possibilita que o vocábulo seja analisado de uma maneira isenta de traços categoriais pré-determinados, ou seja, será a análise contextual da sentença que determinará a categoria em que ele deverá ser inserido.

Isso significa que se *refuse* estiver contextualmente funcionando como verbo, ele deverá ser analisado como verbo ou, por outro lado, se o seu papel na sentença for o de nome, ele será analisado como tal. Essa possibilidade de duplo papel para um mesmo item lexical significa, em resumo, que ele terá a possibilidade de dupla inserção na estrutura profunda: tanto no nóculo N quanto no nóculo V. Quando estiver inserido no nóculo V, *refuse* terá a forma *refuse* e quando estiver no nóculo N, através do uso de regras morfológicas, terá a forma *refusal*.

Voltando ao exemplo que havíamos comentado no item (a) - (1c) *John's criticized the book*, (2c) *John's criticizing the book* e (3c) *John's criticism of the book* - podemos afirmar que, segundo a hipótese lexicista, *criticize* em (1c) e (2c) está inserido no

nóculo V da estrutura profunda e em (3c) está inserido no nóculo N. Essa diferença pode ser vista através da representações abaixo:





Através da representação em árvore das três estruturas podemos facilmente perceber a semelhança existente entre as duas primeiras e a diferença destas em relação à terceira. Em (1c) e (2c) *criticize* está preso ao nó V e a única diferença entre elas é a presença de *ing* na posição de auxiliar, funcionando como índice de nominalização do verbo. Já em (3c) vemos *criticism* dominado pelo nó N. A diferença pode ser notada até mesmo pelo aspecto gráfico das árvores.

Além dessas diferenças estruturais, Chomsky ainda aponta como aspecto relevante a questão da produtividade. Para ele, “as nominalizações gerundivas são regulares e produtivas, o mesmo não se dando para os nominais derivados” (Lúcia Lobato, p. 278), ou seja, os nominais gerundivos poderiam ser formados livremente e com grande facilidade a partir de sentenças originais na estrutura profunda, o que significa dizer que para toda

sentença na estrutura profunda há um nominal gerundivo correspondente e que para cada nominal gerundivo deve corresponder uma sentença na estrutura profunda.

Por outro lado, os nominais derivados são menos produtivos e nem sempre a uma sentença na estrutura profunda vai corresponder um nominal. Lúcia Lobato exemplifica esse fato com a seguinte sentença:

(4) John is eager to please.

a qual teria o nominal derivado:

(5) John's eagerness to please.

Esse nominal derivado é possível porque na estrutura profunda, o adjetivo *eager* de (4) é complementado por uma oração (e já está então subcategorizado no léxico pelo traço [+ ____ S]).

Por outro lado, o mesmo não vai acontecer com:

(6) John is easy to please.

cuja estrutura profunda não possui complemento oracional. Logo,

(7) * John's easiness to please.

não é uma sentença aceitável, já que no léxico *easy* e *easiness* não podem possuir oração complemento na estrutura profunda porque a elas não está associado o traço [+ ____ S] que é associado a *eager* e *eagerness*.

Em resumo, como já foi dito, a escolha que Chomsky fez para explicar o comportamento diferenciado dos nominais foi a de propor que os gerundivos fossem tratados transformacionalmente e os derivados a partir do léxico.

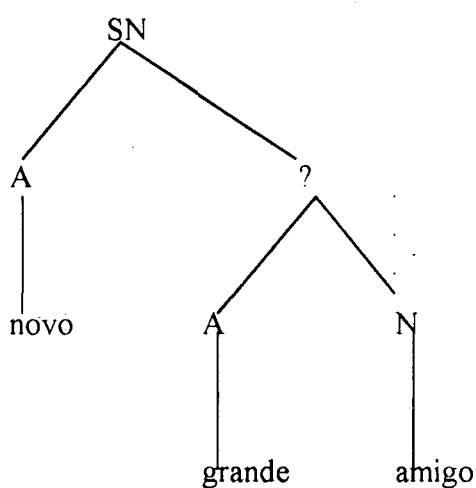
Uma das conseqüências das suas observações a respeito do comportamento dos nominais foi a elaboração da chamada *teoria X-barra (X')*. Essa teoria surgiu da necessidade de possibilitar o tratamento dos nomes, adjetivos e verbos²⁶, os quais demonstraram uma grande similaridade de comportamento em relação à sua complementação, já que as três categorias podem ser seguidas de sintagmas preposicionados ou orações complemento.

A função da teoria X' é a de permitir às regras de base captar essa generalização existente entre as três categorias através da notação X' que define o nóculo que domina imediatamente X e seus complementos. X'' seria o nóculo que estaria dois nóculos acima do núcleo do sintagma; X''' estaria três nóculos acima e assim por diante²⁷.

Vamos utilizar outro exemplo de Lucia Lobato para mostrar como isso funciona. Se tomarmos o SN *novo grande amigo*, nós encontramos dois adjetivos ligados a um só nome. Se separarmos *novo*, restará o agrupamento *grande amigo* que não constitui um SN por si só e que também não pode ser chamado de nome, ou seja, é um "SN" que ligado ao adjetivo *novo* resulta em um "SN", o que não era permitido pela teoria. Num esquema de árvore teríamos:

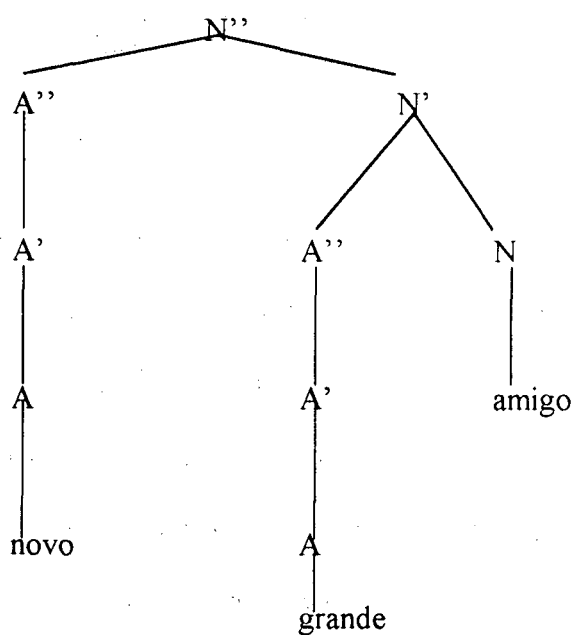
²⁶ Mais tarde foi estabelecido que as preposições também se comportam como essas três categorias.

²⁷ Posteriormente aconteceram muitas discussões a respeito no número de barras que X poderia admitir, mas esse não é o objetivo do presente trabalho.



na qual o ponto de interrogação logo acima de N representa um nível intermediário que em princípio não poderia ser representado por SN pois o nóculo que o domina imediatamente já é um SN, e também não podia ser representado por N já que domina imediatamente um outro N. Se no exemplo existissem mais adjetivos, haveria ainda mais níveis intermediários.

Utilizando-se a teoria X-barras, desapareceria tal problema porque através dela poder-se-ia representar esse nível intermediário (?) através da notação N', a qual seria dominada por N'' e dominaria N:



Uma das vantagens da teoria X', além de explicar o comportamento dos níveis intermediários, é a que ela exige que uma categoria sintagmática qualquer tenha a categoria lexical correspondente na reescrita, evitando que surjam regras como $SN \rightarrow V$. Em relação ainda às categorias lexicais, Chomsky propôs que elas fossem definidas apenas por dois traços distintivos: N (nominal) e V (verbal). Assim nós teríamos as seguintes combinações:

$$N = [+N -V] \quad V = [-N +V] \quad A = [+N +V] \quad P = [-N -V]$$

Essa proposta de análise vai servir para explicar a similaridade de distribuição que pode ocorrer entre as quatro categorias. Se todas tiverem a mesma distribuição, então a variável X poderá explicar isso, mas em casos em que algumas categorias podem aparecer em determinada posição, mas não todas, esse uso de traços sintáticos permite explicar o surgimento de uma categoria mas não de outra em determinada posição por efeito de deslocamento. A partir da teoria da regência e da ligação (1981), a teoria X' passou a ter um outro caráter e deixou de ser uma regra de reescrita e para a ser considerada como uma teoria das categorias lexicais na gramática universal.

Nesse outro modelo, mais universal, o léxico determina quais serão as propriedades fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas da línguas a partir de uma variação paramétrica que permite ao modelo adaptar-se às diversas línguas. Por exemplo, entre os parâmetros aceitos para as línguas estaria a questão da ordem SOV, SVO ou VSO.

Lúcia Lobato cita que para o português seria necessário fixar alguns parâmetros como:

“...para expressar que admite supressão do sujeito mesmo em orações simples será usada a marca [+ sujeito nulo] ou [pro-drop]; para traduzir que é uma língua SVO e que os complementos (Comp) seguem o núcleo (...), pode-se fazer uso da indicação [X rege para a direita] (...) além de ser preciso fazer certas especificações com relação às características idiossincráticas da língua no que diz respeito à estrutura interna das categorias maiores (SN, SV, etc.) - por exemplo, para o português é preciso indicar que há ocorrência de adjetivo atributo antes e depois de N (mares verdes/ verdes mares): (A'' N A'')” (p.407)

Voltando às duas hipóteses propostas para o tratamento dos nominais. É preciso que lembremos que no português não existe um nominalizador gerundivo. Normalmente o gerúndio em português vai funcionar como advérbio:

(8) Ele saiu correndo.

na qual *correndo* é uma expressão ambígua pois podemos interpretar tanto como que “ele saiu através da ação de correr” quanto como que “ele saiu rapidamente”. Para essa última leitura *correndo* será advérbio.

Por outro lado, se o português não possui um nominal gerundivo, possui um nominal de infinitivo:

(9) Correr é bom para a saúde.

A questão é como tratar esse nominal. Se partirmos da postura da gramática tradicional, *correr* será um nominal derivado através do processo que os gramáticos chamam de derivação imprópria. No capítulo anterior, vimos que Zeno Vendler trata os infinitivos como expressões derivadas lexicalmente através de um sufixo que ele chama de *zero*, e os

gerundivos como derivados através do sufixo *ing*. Se compararmos essa posição com a de Chomsky, será possível notar algumas diferenças de enfoque, já que este propõe um tratamento diferenciado para os nominais gerundivos.

Se tentarmos seguir a proposta de Chomsky, adaptando-a ao português, poderíamos propor que os infinitivos fossem tratados transformacionalmente (como os gerundivos do inglês) e os demais casos de nominalização como de derivação lexical²⁸.

Um dos argumentos que ele utiliza para separar os gerundivos dos derivados é o de que os gerundivos aceitam advérbios com bastante facilidade. Se examinarmos os exemplos abaixo:

(10) Correr rapidamente pode prejudicar a saúde.

(11) Amar furiosamente foi o seu mal.

é fácil perceber que os infinitivos do português compartilham dessa característica, o mesmo não acontecendo com os nominais derivados tanto em inglês quanto em português, os quais aceitam ser modificados por adjetivos (corrida cansativa) e não por advérbios, podem ser pluralizados (corrida/ corridas), podem ser determinados por artigo (a corrida) e aceitam expressões partitivas (meia corrida), o mesmo não ocorrendo com os infinitivos.

Se aceitarmos essa hipótese, então seria necessário criar um parâmetro para o português no que se refere aos infinitivos para que eles pudessem ser tratados

²⁸ Segundo a pesquisa de Faraco (*A hipótese lexicalista: considerações teóricas e empíricas*. Dissertação de mestrado, Campinas: Unicamp, 1979), realizada com dados do português, "o argumento mais forte a favor duma análise lexicalista é um argumento teórico, na medida em que (...) ambas as hipóteses (lexicalista X transformacionalista) parecem consistentes com os dados...". Segundo a sua pesquisa, uma parte considerável dos infinitivos não constam no dicionário com possibilidade de dupla inserção, logo seria difícil tratá-los como derivados lexicalmente.

transformacionalmente (em virtude da semelhança de comportamento) como os gerúndios em inglês. No caso dos derivados não seria necessária a criação de nenhum parâmetro já que a regra de derivação lexical já faz parte da gramática universal.

V - BARBARA H. PARTEE & MATS ROOTH

Da mesma forma como Chomsky trata as línguas naturais como sistemas sintáticos formais, outros estudiosos tentaram formalizá-la a partir de critérios semânticos (como é o caso dos seguidores da semântica gerativa). Um dos primeiros a trabalhar com a idéia de construir uma linguagem lógica para as ciências exatas foi Gottlob Frege²⁹.

De fato foram criadas diversas linguagens lógicas que facilitaram muito o estudo da matemática e das ciências ditas exatas. Com o passar do tempo, plantou-se a idéia de que as línguas naturais também poderiam ser interpretadas como sistemas lógico-formais, como a matemática. Durante esse século muitas linhas de pesquisa foram iniciadas. Talvez o caminho mais interessante seja o elaborado (ou pelo menos aberto) por Richard Montague, o qual, segundo Dowty, Wall and Peters³⁰ (1981): "...has attracted increasing attention in recent years among linguistics and philosophers since it offers the hope that semantics can be characterized with some formal rigor and explicitness that transformational approaches have brought to syntax." (Preface, p.IX).

A proposta de Richard Montague de uma semântica formal ("The proper treatment of quantification in ordinary english", 1973 (PTQ)) para as línguas naturais é um caminho interessante para explicar-se fenômenos relativos aos significados que são veiculados através delas. A exemplo de Chomsky, que propôs que as línguas podem ser descritas como sistemas formais, Montague defende que elas podem ser descritas como sistemas formais interpretáveis. A sua proposta baseia-se no pressuposto de que as línguas naturais podem ser tratadas exatamente da mesma maneira que as linguagens artificiais. O seu trabalho permitiu

²⁹ Alguns dos trabalhos de Frege estão reunidos em *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. O livro é uma coletânea de artigos de Frege que, em muitos momentos, fala sobre a importância de se criar uma linguagem formal para a matemática que eliminasse os inconvenientes gerados pela ambigüidade das línguas naturais.

³⁰ DOWTY, D.R., WALL, R.E. & PETERS, S. *Introduction to Montague semantics*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1981.

que diversos linguistas e lógicos trabalhassem com a questão do significado a partir de uma teoria formal dos significados.

A proposta de Montague, em essência, baseia-se no pressuposto de que a tradução de uma língua natural para o modelo teórico se daria via sintaxe dessa língua. Para a operacionalização desse conceito, Montague criou uma semântica modelo-teórica³¹ baseada na hierarquia de tipos³² lógicos (criada por Bertrand Russel) que corresponderia, grosso modo, às categorias gramaticais que encontramos no estudo da sintaxe. Assim, por exemplo, à categoria dos nomes comuns corresponderia um determinado *tipo* que seria diferente do *tipo* que corresponderia à categoria dos verbos transitivos ou do *tipo* correspondente aos adjetivos³³.

Não é a intenção principal do presente trabalho penetrar a fundo no modelo montagueano de tipos, mas há alguns pressupostos que terão que ser vistos. Antes de discutirmos a noção de tipo que aparece na gramática de Montague, vamos ver algumas características das chamadas gramáticas categoriais que, de certa forma são a base de sua gramática.

A origem da gramática categorial está no trabalho do lógico polonês Kazimierz Ajdukiewicz. A sua gramática categorial consiste basicamente em um algoritmo que é capaz de avaliar a gramaticalidade de uma expressão qualquer a partir do pressuposto de que se duas expressões pertencem à mesma categoria elas podem se substituir mutuamente num mesmo contexto linguístico bem formado sem que esse contexto perca a sua característica de boa formação.

³¹ Segundo Borges, "o procedimento da semântica modelo-teórica consiste na associação das expressões a 'objetos do mundo'. Nenhum modelo de interpretação pode prescindir de 'objetos'. Vamos chamar esses objetos que povoam os modelos de interpretação de uma língua de **objetos modelo-teoréticos**." (p.75)

³² Ainda segundo Borges, os tipos estariam associados aos objetos lógicos (p.ex.: *e* - indivíduos, *t* - valores de verdade, $\langle e, t \rangle$ conjunto de indivíduos, $\langle e, e \rangle$ - relação entre indivíduos, etc.) que seriam justamente os objetos modelo-teoréticos citados em 3. Segundo ele: "Podemos, então, assumir a teoria de tipos como um princípio de organização dos modelos de interpretação das linguagens." (p.76)

³³ É importante lembrar que o termo categoria aqui é tomado no sentido dado pelas gramáticas categoriais, como foi superficialmente explicado no capítulo introdutório deste trabalho.

Segundo Borges (*Fundamentos da semântica formal*), as categorias de Ajdukiewicz “são de duas espécies: **categorias fundamentais** (ou básicas, ou primitivas, ou argumentos) e **categorias funtoras** (ou derivadas, ou operadores, ou funtores)” (p.39). Entre as categorias fundamentais estariam apenas as categorias das sentenças e dos nomes, as quais poderiam funcionar apenas como argumentos, enquanto que as categorias funtoras seriam funções e poderiam comportar-se tanto como funções quanto como argumentos e seriam caracterizadas “pelo número, pela categoria e pela ordem de seus argumentos. Por exemplo, um funtor que tome um nome como argumento pertencerá a uma categoria distinta do funtor que toma uma sentença, ou dois nomes, ou um nome e uma sentença como argumentos” (idem).

A representação das categorias funtoras é feita através da forma de uma fração na qual o denominador contém os argumentos da função e o numerador o resultado da aplicação da função aos argumentos. Assim a fração S/N é a representação de uma categoria funtora cujos elementos tomam nomes como argumentos para resultar em sentenças.

Utilizando um exemplo dado por Borges, em “Pedro corre” nós teríamos “Pedro” como um membro da categoria N e “corre”, um verbo intransitivo, seria da categoria S/N, ou seja a categoria dos funtores que toma um nome como argumento para resultar em um S. O que se aplicou aqui é uma operação que é chamada de *operação de cancelamento de fração* (que funciona como na matemática). No exemplo apresentado, nós teríamos de um lado *Pedro* que, como foi dito, é um N, que poderia ser representado em forma de fração como N/1 e, do outro lado, *corre*, representado pela fração S/N. Como o numerador da primeira é igual ao denominador da segunda, nós podemos aplicar a operação de cancelamento sobre essas duas partes e o que restará será S. O mesmo procedimento poderá ser aplicado para testar a gramaticalidade de expressões bem mais complexas do que a do exemplo.

O algoritmo de Ajdukiewicz, com o passar do tempo, foi revisado e desenvolvido por outros lógicos. Borges aponta os trabalhos de Yehoshua Bar-Hillel, que demonstrou que, em muitos aspectos, o algoritmo era inadequado para tratar as línguas naturais por não conseguir captar as várias ordens possíveis que as estruturas superficiais podem assumir. Assim ele propôs uma gramática categorial bidirecional de maneira que a notação da barra possa especificar a posição do argumento, assim um funtor que toma dois N como argumentos (um à direita e outro à esquerda) será representado como $N \setminus S / N$, que seria uma maneira mais adequada de representar estruturas como, por exemplo, “Davi ama Márcia” (Borges, p.44), na qual *ama* é o funtor que toma *Davi* e *Márcia* como dois argumentos, um à esquerda e o outro à direita.

Outro desenvolvimento da teoria apontado por Borges é o aproveitamento da idéia de Moses Schönfinkel (um matemático que estudou a teoria das funções) de que um predicado de dois lugares como o mostrado acima pode ser interpretado como uma seqüência de dois predicados de um lugar. Essa possibilidade de interpretação diferenciada vem da idéia de que o valor de uma função também possa ser uma função. Em relação ao exemplo acima, “o predicado de dois lugares “ama”, seguindo a sugestão de Schönfinkel, pode ser entendido como um predicado de um lugar que toma um N como argumento e resulta em outro predicado de um lugar que com um N resultará num S. O primeiro argumento que “ama” toma está posicionado a sua direita. Dessa forma, o índice categorial de “ama” será $(S \setminus N) / N$, que nos diz que “ama” é uma função que toma um N à direita (“Márcia”) como argumento e resulta num $S \setminus N$ (“ama Márcia”) que é, por sua vez, um funtor que toma um N à esquerda (“Davi”) e resulta num S (“Davi ama Márcia”).” (p. 44)

Além de Bar-Hillel e Schönfinkel, Borges cita a sugestão de David Lewis para que se ignore a ordem dos elementos na construção da gramática categorial e que se passe a trabalhar com regras transformacionais para se obter as estruturas superficiais adequadas. Isso quer dizer que a gramática de Lewis teria um componente de base como a gramática

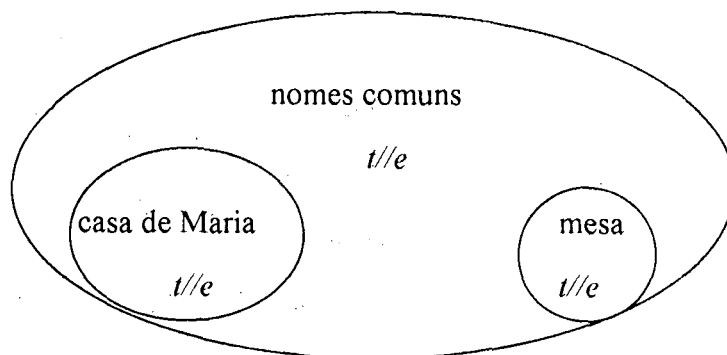
categorial de Ajdukiewicz (estrutura profunda) e regras transformacionais que fariam a ordenação correta na estrutura superficial.

A gramática de Montague também baseia-se “em dois níveis distintos: o nível das **operações estruturais**, em que predominam os critérios lógicos, e o nível das **regras sintáticas**, em que predominam questões de reordenamento das estruturas superficiais.” (Borges, p.45)

As categorias no modelo montagueano são definidas recursivamente o que equivale a dizer que é possível haver infinitas categorias sintáticas e infinitos tipos semânticos. Isso não implica necessariamente na definição infinita de categorias, mas que o modelo é poderoso o bastante para dar conta de todas as categorias que possam ser identificadas em uma língua.

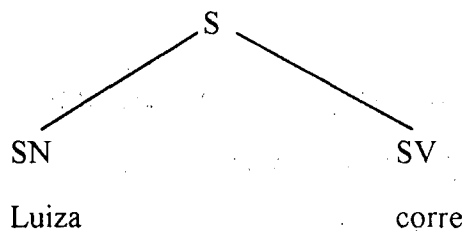
Ao contrário do que acontece com a gramática tradicional, que possui uma classe de substantivos que vai abranger todos os “nomes” (coisas, pessoas, próprios, entidades abstratas, sentimentos, etc.), na gramática categorial há uma distinção entre os nomes. Assim, aos nomes comuns corresponderá o tipo sintático t/e , que define um conjunto de indivíduos. Aos verbos intransitivos corresponderá o mesmo tipo, mas aos nomes próprios corresponderá o tipo sintático $t/(t/e)$, o qual é o mesmo tipo atribuído a um SN. Ou seja, são perspectivas teóricas completamente diferentes a respeito das classificação linguística das “coisas do mundo”.

Por exemplo, *mesa* pertence ao conjunto dos nomes comuns, da mesma forma que *casa de Maria*. Vamos visualizar isso através de uma figura:

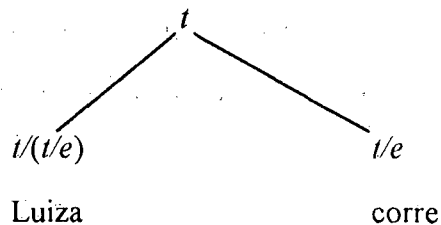


Como se pode perceber pela figura, *mesa* e *casa de Maria* fazem parte do conjunto **nomes comuns** e por isso recebem o mesmo tipo sintático (t/e) deste.

A partir da definição dos tipos sintáticos correspondentes à cada categoria, a teoria vai proporcionar meios para a avaliação da aceitabilidade da sentença através da aplicação de regras de boa formação. Por exemplo, a relação “nome próprio + verbo intransitivo”, como em “Luiza corre”, pode ser testada pela seguinte regra: um nome próprio tem o tipo sintático $t/(t/e)$, o que quer dizer que pode tomar uma expressão do tipo sintático t/e (verbo intransitivo) como argumento para resultar num valor de verdade (uma sentença) que possui o tipo sintático t . Assim, “Luiza corre” terá a seguinte representação sintática:



à qual corresponderá:



que pode receber um tratamento matemático. Ou seja, se um SN ($t/(t/e)$) precisa de uma expressão de tipo sintático t/e para resultar num t , nós podemos tratar matematicamente as

partes da árvore como se fossem frações. Utilizando o recurso do cancelamento (ou simplificação), poderíamos cancelar $t/(t/e)$ - a parte negritada - da primeira parte com o t/e da segunda e restaria uma t , uma estrutura bem formada.

Não vamos aqui dar uma maior atenção às regras sintáticas da gramática categorial de Montague. Só como um exemplo, vamos ver a regra que se aplica ao caso acima e que corresponde a $\langle f_4, \langle sn, vi \rangle, S \rangle$, a qual corresponde, segundo Borges, à forma geral $\langle \text{operação}, \text{input}, \text{output} \rangle$ das regras sintáticas. Trocando em miúdos, a regra acima diz que a *operação* f_4 é a concatenação dos elementos do *input* (sn, vi) que resultará no *output* S , ou seja $sn + vi = S$, que é o que acontece no exemplo acima.

A sintaxe na gramática de Montague funciona como um nível intermediário entre as expressões do léxico e os significados que serve, segundo Borges, para desambigüizar as expressões do léxico de forma que para cada expressão corresponda um único significado. Esse passo é necessário porque, para que possa haver um tratamento semântico-formal das expressões, não é possível que a uma mesma expressão correspondam dois ou mais significados, porque a pretensão da semântica é tentar estabelecer uma relação entre as expressões de uma língua e os seus respectivos objetos do mundo. Uma teoria semântica que assuma tal perspectiva (como é o caso da semântica de Montague) denomina-se uma semântica modelo-teórica.

Da mesma forma que Montague utilizou uma definição recursiva para as categorias sintáticas, o mesmo pode ser feito para definir os tipos lógicos que, em última análise, organizariam os modelos de interpretação da teoria. Citando Borges, esses “modelos devem conter indivíduos, relações entre indivíduos (pares ordenados de indivíduos), conjuntos de indivíduos, relações entre conjuntos de indivíduos (pares ordenados de conjuntos de indivíduos), conjuntos de conjuntos de indivíduos, etc., tudo “organizado” por uma teoria de tipos” (p.75).

Através da definição recursiva de **tipo**, nós poderíamos obter:

TIPO	OBJETO LÓGICO
e	indivíduos
t	valores de verdade
$\langle e, \mathcal{D} \rangle$	conjuntos de indivíduos
$\langle e, e \rangle$	relações entre indivíduos
$\langle t, \mathcal{D} \rangle$	relações entre valores de verdade
$\langle t, \langle t, \mathcal{D} \rangle \rangle$	conjuntos de pares de valores de verdade
$\langle \langle e, \mathcal{D} \rangle, \mathcal{D} \rangle$	conjuntos de conjuntos de indivíduos
$\langle e, \langle e, \mathcal{D} \rangle \rangle$	conjuntos de pares de indivíduos
$\langle \langle e, \mathcal{D} \rangle, \langle e, \mathcal{D} \rangle \rangle$	relações entre conjuntos de indivíduos
$\langle \langle \langle e, \mathcal{D} \rangle, \mathcal{D} \rangle, \langle \langle e, \mathcal{D} \rangle, \mathcal{D} \rangle \rangle$	relações entre conjuntos de conjuntos de indivíduos
$\langle \langle \langle e, \mathcal{D} \rangle, \mathcal{D} \rangle, \mathcal{D} \rangle$	conjuntos de conjuntos de conjuntos de indivíduos

Tabela 5.1

Como foi dito acima, a definição dos tipos é recursiva e, portanto, da mesma forma que acontece com a sintaxe, nós temos a possibilidade de definir infinitos tipos, o que, da mesma forma que acontece com a sintaxe, não é necessário para o tratamento das línguas naturais. Como existe uma relação forte entre as categorias sintáticas definidas anteriormente e os tipos lógicos definidos acima, o próximo passo é relacioná-los, de forma que para cada categoria sintática corresponda um tipo lógico, o que faria com que cada expressão da linguagem, depois de ser desambigüizada pela sintaxe, corresponda a um objeto do mundo representado por um tipo lógico.

Para ilustrar o que foi dito sobre a correspondência categoria gramatical/ tipo semântico, vamos utilizar a tabela abaixo, adaptada de Borges (*Fundamentos da semântica formal*)³⁴:

³⁴ Em relação à tabela, Borges salienta que as categorias foram definidas para um fragmento da língua portuguesa. Para outras línguas, talvez fosse necessária outra definição.

Categorias sintáticas	Símbolos categoriais	Tipo sintático	Tipo lógico
adjetivo	adj	$(t/e)/(t/e)$	$\langle\langle e,t \rangle, \langle e,t \rangle\rangle$
advérbio	adv	$(t/e)/(t/e)$	$\langle\langle e,t \rangle, \langle e,t \rangle\rangle$
nome comum	nc	t/e	$\langle e,t \rangle$
preposição "adnominal"	padj	$((t/e)/(t/e))/(t/(t/e))$	$\langle\langle\langle e,t \rangle, t \rangle, \langle\langle e,t \rangle, \langle e,t \rangle\rangle\rangle$
preposição "adverbial"	padv	$((t/e)/(t/e))/(t/(t/e))$	$\langle\langle\langle e,t \rangle, t \rangle, \langle\langle e,t \rangle, \langle e,t \rangle\rangle\rangle$
quantificador	qu	$(t/(t/e))/(t/e)$	$\langle\langle e,t \rangle, \langle\langle e,t \rangle, t \rangle\rangle$
termo	sn	$t/(t/e)$	$\langle\langle e,t \rangle, t \rangle$
verbo intransitivo	vi	t/e	$\langle e,t \rangle$
verbo transitivo	vt	$(t/e)/(t/(t/e))$	$\langle\langle\langle e,t \rangle, t \rangle, \langle e,t \rangle\rangle$
sentença	S	t	t

Tabela 5.2

A partir de estabelecida esta relação, então é possível traduzir (via sintaxe) qualquer expressão de uma língua natural (neste caso o português) para dentro do modelo de interpretação, e, conseqüentemente, obter um tratamento matemático.

O que fizemos aqui foi um resumo muito sumário de algumas características da semântica montagueana que servem para mostrar pelo menos em parte a capacidade que uma teoria desse tipo tem para tratar as línguas naturais.

A hierarquia de tipos lógicos se por um lado auxilia em muito no tratamento semântico de uma língua natural, pois permite a sua formalização de maneira que ela seja traduzida para dentro de um sistema lógico-formal que possibilita a sua análise da mesma forma que se analisam proposições matemáticas, por outro acaba por ter limitações no que se refere a exemplos como os vistos no capítulo de introdução.

A teoria de tipos associa as categorias gramaticais a tipos lógicos respectivos, como já vimos. Desta forma, *mesa* é um nome comum e recebe o tipo $\langle e,t \rangle$, *azul* é adjetivo e recebe o tipo $\langle \langle e,t \rangle, \langle e,t \rangle \rangle$, *amar* é um verbo transitivo que tem como tipo correspondente $\langle \langle \langle e,t \rangle, t \rangle, \langle e,t \rangle \rangle$, *Amélia* é um nome próprio e portanto $\langle \langle e,t \rangle, t \rangle$. O problema é que nas línguas naturais (no caso o português) podem ser construídas estruturas como:

- (1) a. Azul é uma cor agradável.
 b. Amar faz bem para o espírito.
 c. Joana é uma amélia.

Em (1a) e (1b), *azul* e *amar* estão sendo usados como nomes próprios e em (1c), *Amélia* aparece como nome comum. Isso acaba por colocar em xeque as distinções tradicionais também dentro da teoria de tipos, porque revela uma certa “flutuação” categorial das expressões da língua que obriga os teóricos a uma escolha: ou se abandona a hierarquia de tipos ou criam-se mecanismos que permitam que a hierarquia de tipos continue funcional.

Uma das soluções que é citada por Emmon Bach³⁵ (1989) é a proposta de Benett³⁶, segundo a qual haveria uma duplicação nas categorias sintáticas de forma que teríamos *azul*_{adjetivo} e *azul*_{nome}. Esse mecanismo resolveria o problema da nominalização porque a partir da duplicação, o tratamento de *azul*_{nome} seria feito como o de qualquer outro nome comum.

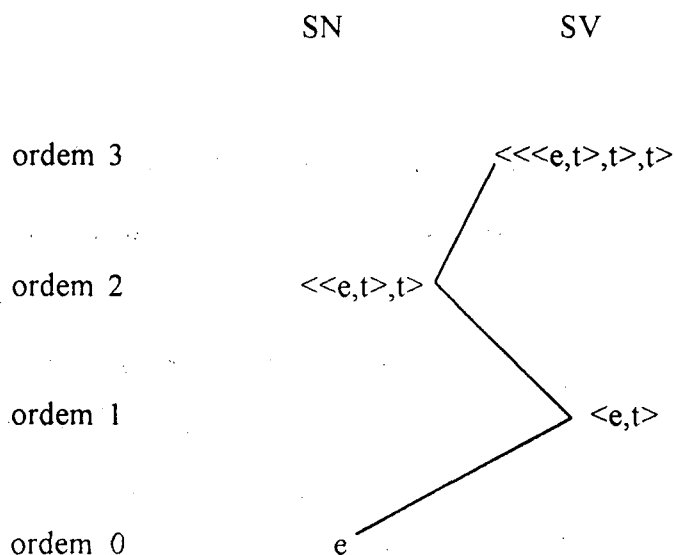
Entretanto, essa proposta peca por poder causar dois problemas: em primeiro lugar, acaba sendo onerosa para o tratamento das línguas naturais porque pode acarretar na inflação das categorias sintáticas, afinal, a nominalização é apenas um dos casos que exigiriam duplicação. O mesmo Benett propõe também duplicação para os casos de singular e plural,

³⁵ BACH, E. *Informal lectures on formal semantics*. New York: State University of New York, 1989.

³⁶ BENETT, M. *Some extensions of a Montague fragment of English*. Ph.D. dissertation. Los Angeles: University of California: 1974.

que, segundo ele, teriam denotações diferentes; em segundo lugar, acaba por criar uma infinita ambigüidade categorial, já que um mesmo item lexical poderia ser sempre categorizado de duas maneiras.

Uma idéia interessante para tratar do problema da nominalização é o trabalho de Barbara H. Partee e Mats Rooth³⁷, que parte do princípio que cada categoria sintática não está ligado a apenas um tipo, mas a um leque restrito de tipos, assim seria possível a relação de uma categoria sintática ser feita com um tipo de 1ª ordem ou de 2ª (ilustração abaixo) e não com apenas um deles.



As linhas que ligam os tipos na ilustração mostram os tipos que são compatíveis. Por exemplo, se é necessário combinar um termo de ordem 0 (e) com um VT de terceira ordem, deve-se aplicar uma regra de conversão que eles chamam de *type-lifting*³⁸

³⁷ PARTEE, B. & ROOTH, M. "Generalized conjunction and type ambiguity". in BÄUERLE, R., SCHWARZE, C. & STCHOW, A. eds. *Meaning, use, and interpretation of language*. Berlin: W. de Gruyter, 1983.

³⁸ Em trabalhos posteriores, Partee passou a usar o termo *shift-type*.

que converterá *e* em $\langle\langle e,t\rangle,t\rangle$ e depois fazer a aplicação da função/argumento (tomar o VT de ordem 3 $\langle\langle\langle e,t\rangle,t\rangle,t\rangle$ como argumento para resultar em uma *t*).

Um pensamento como o citado acima modifica consideravelmente o que se pensa a respeito de como os tipos semânticos devem se comportar em relação às categorias sintáticas, já que uma expressão predicativa, como um verbo, por exemplo, pode, da mesma forma como desempenha esse papel, desempenhar também o papel de SN em uma sentença. O mecanismo proposto por Partee e Roth (1983) para possibilitar esse tratamento mais livre do léxico é chamado por eles (como já citado) de *shift-type*, e é o que permitiria a passagem de um nível semântico para outro do mesmo item gramatical que ora poderia ser interpretado como um SN e ora de um SV e, portanto, poderia ser enquadrado, respectivamente, no domínio das entidades (*e*) ou no domínio dos predicados ($\langle e,t\rangle$).

Bach (1989), citando outro trabalho de Barbara Partee³⁹, diz que a autora sugere que os SN possuem um leque de possíveis interpretações que são sistematicamente relacionadas: como indivíduos, como propriedades ou predicados ou como quantificadores generalizados (p.125), o que de certa forma possibilita o tratamento de estruturas como as apresentadas em (1).

Em seu trabalho de 1992⁴⁰ (“Syntactic categories and semantic types”), Partee irá chamar a atenção para o fato de que “words and phrases can easily shift their meanings” (p. 98), ou seja, podem “mudar” de domínio de significação. Para exemplificar isso ela utiliza a noção de “universal grinder” (David Lewis), que seria a relação *shift* entre nomes contáveis

³⁹ PARTEE, B. “Noun phrase interpretation and type-shifting principles”. in GROENENDIJK, J., de JONGH, D. & STOKHOF, M., eds. *Studies in discourse representation theory and the theory of generalized quantifiers*. Dordrecht: GRASS 8, 1987.

⁴⁰ PARTEE, B. H. “Syntactic categories and semantic types”. in *Computational linguistics and formal semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

e nomes de massa. O exemplo utilizado é o de um nome contável como “potato” (batata) que teria um nome de massa correspondente (“potato”) fazendo par com ele. Ou seja, a uma só expressão corresponderiam dois objetos do mundo que devem ser interpretados semanticamente de duas formas diferentes, enquadradas em duas categorias tipo diferentes, representadas por uma única expressão, mas que remete a dois objetos diferentes do mundo. Nos exemplos abaixo, é possível notar essa diferença:

- (3) a. Joana foi comprar batata.
 b. Batata é bom para fazer salada.
 c. João cortou uma batata.

Em (3a) e (3b) “batata” é claramente um nome de massa, um nome de alguma coisa que representa o conjunto das batatas reais do mundo, mas que não especifica nenhum indivíduo desse conjunto. Ao contrário, (3c) fala de uma batata contável, um indivíduo do conjunto das batatas que foi “cortado”. Um nome comum é claro, o qual representa uma batata qualquer, anônima em sua condição de batata, mas ainda assim uma batata contável, que pode ser cortada, comida, etc. Parece fácil perceber a diferença: os dois primeiros exemplos falam do nome de um conjunto; o terceiro, de um indivíduo do conjunto. É a mesma expressão, mas são dois significados diferentes. Segundo Partee, esse seria um exemplo de “natural shift”, que não poderia ser definido como estrutural, mas sim como sendo baseado num domínio não-lingüístico de nossa experiência no mundo.

Talvez o mesmo princípio possa também ser aplicado aos termos nominalizados. É possível que também haja uma relação intrínseca entre um termo

nominalizado e um termo “predicalizado” que, em essência, corresponderiam a uma mesma entidade no mundo, tendo sua significação, de certa forma, ligada a nossa experiência de mundo e a nossa competência linguística.

Partindo-se desse princípio, é possível imaginar que a relação entre categorias sintáticas e tipos semânticos não seja (talvez infelizmente) uma relação um a um e, então, segundo a proposta de Partee e Roth (1983), a uma categoria sintática não corresponderia um único tipo semântico e sim um leque restrito de tipos. Em relação a uma teoria de tipos, isso acaba por gerar problemas para o enquadramento das categorias sintáticas, já que, em princípio, como elas poderiam mudar a sua correspondência semântica, isso também criaria um tipo de ambigüidade, porque ora uma expressão teria um determinado tipo e ora outro, dependendo do contexto em que estivesse inserida.

Em relação aos SN, ela vai chamar a atenção para o fato de que a proposta de Montague prevê que eles sejam tratados como “quantificadores generalizados”, ou seja, com o tipo $\langle\langle e,t \rangle, t \rangle$, mas, mesmo intuitivamente, podemos notar que eles possuem uma multiplicidade de tipos. Utilizando os exemplos dela:

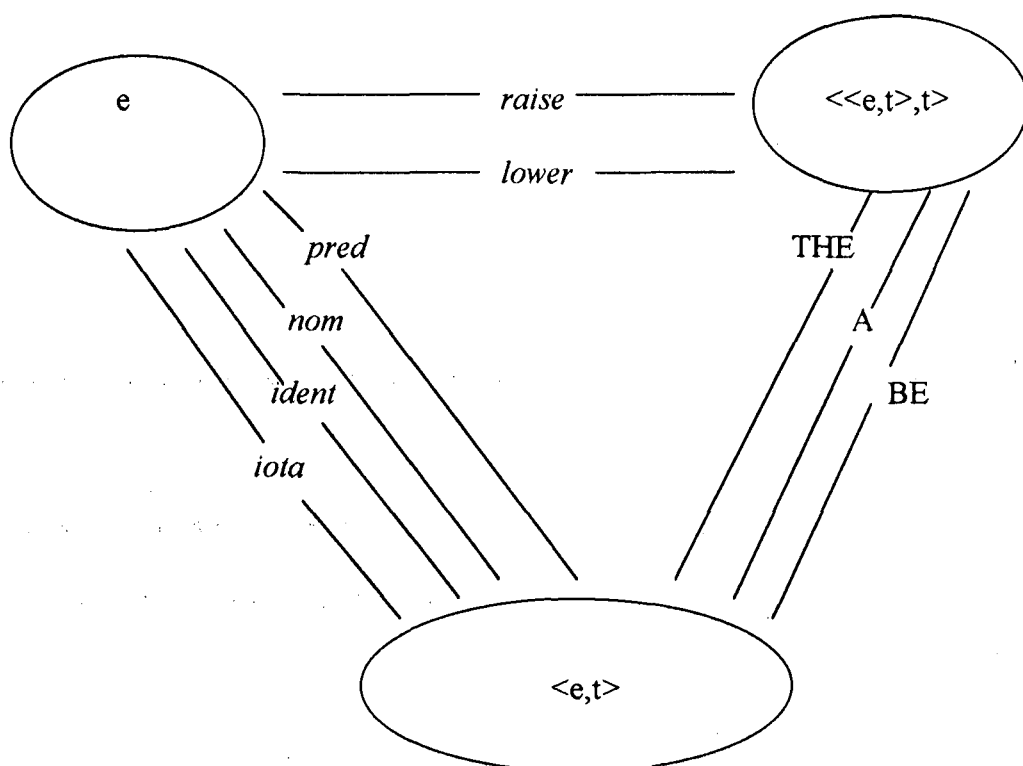
“expression	use	representation	type
John	referential	j	e
a fool	predicative	fool'	$\langle e,t \rangle$
every man	quantifier	$\lambda P'x[\text{man}'(x) \rightarrow P(x)]$	$\langle\langle e,t \rangle, t \rangle$ ”

(p.113)

Aqui chega-se a uma encruzilhada. Se admitirmos que um SN pode ter tipos diversos e não apenas um como proposto por Montague, resta-nos duas saídas: ou abandona-

se a teoria, ou utiliza-se a própria teoria para explicar esse comportamento dos SN. Partee opta pela segunda.

Vamos começar observando um esquema que ela apresenta com algumas operações de *type-shifting* que ela apresenta para os SN.



Os operadores indicados acima, de certa forma, mapeiam as possibilidades de mudanças de tipos dos SN. *Raise* e *lower* são responsáveis pelo mapeamento entre as categorias *e* e $\langle\langle e,t \rangle, t \rangle$, respectivamente o domínio das entidades e o domínio dos quantificadores generalizados. Como foi dito, um nome próprio como *João* é tratado dentro do modelo montagueano como um quantificador generalizado, ou seja, como $\langle\langle e,t \rangle, t \rangle$. O

que *lower* faz é nos dizer que o $\langle\langle e,t \rangle, t \rangle$ *João* possui uma contraparte *João* também no domínio *e*. *Raise* faria a operação inversa.

Ident seria o responsável por dar uma “identidade” para uma entidade, passando esta entidade do domínio genérico das entidades para um conjunto específico que possua a(s) mesma(s) propriedade(s) que a entidade. *Iota* é a operação inversa, que retira a entidade do conjunto e devolve ao domínio *e*⁴¹.

THE mapeia todas as propriedades de um determinado conjunto e as aplica a um único indivíduo se ele é o único indivíduo que pode ser identificado por aquele conjunto e possui todas as propriedades que foram mapeadas. Tomemos, por exemplo, o conjunto dos presidentes atuais do Brasil. O que THE vai fazer é mapear todas as características que fazem de alguém ser presidente atual do Brasil e se um indivíduo possui todas essas propriedades. A diferença entre os dois domínios pode ser percebida pelos exemplos abaixo:

- (4)
- a. João quer ser presidente do Brasil.
 - b. O presidente do Brasil chegou atrasado ao encontro.

Em (4a), “presidente do Brasil” é um conjunto de traços que define um determinado grupo de indivíduos. Já em (4b), define um único ser que compartilha de todas as propriedades de ser “presidente do Brasil”. Em (4a), “presidente do Brasil” é nome comum, e em (4b) é nome próprio.

⁴¹ *Pred e nom* são operadores de Chierchia e serão vistos no próximo capítulo.

BE e A, como nos casos anteriores, vão fazer o serviço inverso, tirando a entidade do domínio dos quantificadores generalizados e passando para o domínio dos conjuntos de indivíduos.

A proposta de Partee (e Partee & Roth), como já foi comentado, tem um problema: dentro da teoria montagueana a sua proposta irá criar uma infinita ambigüidade. No entanto, como diz Partee (1992), é possível conviver com ela. O que fica claro no seu trabalho (e nos de outros) é o desejo de modificar a teoria em alguns aspectos para que não se precise abandoná-la, já que é, reconhecidamente, uma teoria muito interessante para o tratamento das línguas naturais, pois através dela é possível conectar a sintaxe e a semântica dessas línguas. É preciso ter em mente que modificar um modelo quando necessário, acima de tudo, prova a vitalidade deste, a sua capacidade de mutação e desenvolvimento. O trabalho de Partee e Roth é um dos que caminham nesta direção.

VI - GENNARO CHIERCHIA & RAYMOND TURNER

No capítulo anterior, nós vimos (superficialmente) como uma teoria de tipos poderia tratar do fenômeno da nominalização. Como foi comentado, uma dependência funcional forte entre categorias sintáticas e tipos lógicos, como a que foi proposta pelo modelo *standard* de Montague, acaba por complicar (se não inviabilizar) um tratamento adequado para os processos que envolvam mudança de categoria sintática. O trabalho de Partee e de Partee & Roth é uma adaptação teórica (*shift-type*) ao modelo montagueano que permite tratar não só dos casos que envolvam nominalização, mas também de outros casos em que um item lexical “muda” de categoria.

Fora do modelo montagueano é possível encontrar outras possibilidades de tratamento. Entre elas, é indispensável citar o modelo estrutural desenvolvido por Gennaro Chierchia⁴² (1982), o qual, segundo o autor, é uma teoria de propriedades que proporciona um bom tratamento semântico para os casos de nominalização. A seguir, veremos um pouco a respeito dessa proposta.

Em seu trabalho, Chierchia começa a sua discussão questionando quais propriedades de uma teoria lógica seriam interessantes para a construção de uma forma lógica para as linguagens naturais. Para ele, esse seria um dos resultados do trabalho de Montague, que é capaz de prover critérios para responder a essa questão, como, por exemplo, fornecer um sistema de categorias que pode ser sistematicamente correlacionado com as categorias sintáticas do inglês.

Desde o início, ele assume o pressuposto de que um termo nominalizado é alguma coisa que é semanticamente um item lexical de outra categoria que foi “transformado” em um SN, como nos exemplos abaixo:

⁴² CHIERCHIA, G. “Nominalization and Montague grammar”. in *Linguistics and Philosophy*, 5, pp. 303-354, 1982.

- (1) “a. my pen is blue/ minha caneta é azul
 b. blue is a nice color/ azul é uma boa cor
 c. my ring is gold/ meu anel é dourado
 d. gold is an element/ ouro é um elemento
 e. Fido and Templeton are dogs/ Fido e Templeton são cachorros
 f. dogs are mammals/ cachorros são mamíferos
 g. John is honest/ John é honesto
 h. honesty is a virtue/ honestidade é uma virtude”

(p. 304)

É fácil perceber que em todos os exemplos acima, tanto em Inglês quanto em Português, o que funcionava como uma expressão predicativa nos primeiros exemplos de cada par tornou-se uma expressão sobre a qual se predica alguma coisa nos segundos exemplos. Em (1a) a palavra *blue* é um adjetivo que predica algo sobre *pen*; já em (1b), *blue* é um nome sobre o qual se predica ser *a nice color*. O mesmo acontece com *gold* em (1c) e (1d). Em (1e) *dogs* é usada para definir algo sobre *Fido and Templeton*, ou seja, está predicando que esses dois indivíduos são cachorros; ao contrário, em (1f) *dogs* está recebendo uma predicação (*are mammals*). Em (1g) e (1h), nós encontramos a dupla *honest/honesty* também mudando de função como nos casos anteriores.

Assim, pode-se concluir que as expressões predicativas em (a), (c), (e) e (g) sofreram um processo de *nominalização*, que pode ser definido como o processo sintático e semântico que as expressões sofreram para serem transformadas em nomes. Uma hipótese mínima que poderia ser concebida seria assumir que o processo de nominalização providencia

nomes para os itens nominalizados. Entretanto, o que parece simples à primeira vista, segundo o autor, pode tornar-se bastante complicado se tentarmos utilizar uma abordagem padrão da Gramática de Montague porque a sua semântica, como já foi dito, está baseada na noção de “tipo”, o que pode impor várias limitações.

A hierarquia de tipos impõe limitações ao tratamento das nominalizações porque propriedades (como *ser divertido*) teriam posições diferentes na hierarquia conforme elas sejam atribuídas a indivíduos (João é divertido) ou a propriedades (dançar é divertido). A dificuldade está no fato que tal posicionamento não tem uma regra sintática correlata para o predicado citado como exemplo, que em ambos os casos seria tratado sintaticamente da mesma forma. Esse tipo de limitação que a hierarquia de tipos impõe à sintaxe acaba por criar uma certa artificialidade.

Uma opção para se evitar esse problema, seria uma teoria que dispensasse a teoria de tipos. Chierchia propõe um sistema formal que pode tratar a nominalização de uma maneira, segundo ele, livre de paradoxos. Inicialmente, ele chama a atenção para o fato de que se formos trabalhar com uma teoria de propriedades, então, devemos ter em mente que propriedades, aqui, devem ser tratadas de maneira diferente de como são tratadas na Gramática de Montague, na qual a noção de propriedade é definida em termos da noção de mundos possíveis.

Os objetivos das teorias semânticas na tradição de Montague, segundo ele, são (a) "caracterizar as noções de verdade e vinculação para uma linguagem natural e (b) mostrar como o significado de uma expressão complexa se relaciona com as suas partes" (p.328). Dessa forma, o componente semântico de uma gramática, sistematicamente, associará constituintes diferentes com diferentes tipos de objetos semânticos que representam seus

significados. Isso significa que constituintes categoriais diferentes (como um nome ou um verbo) serão associados a objetos semânticos de diferentes tipos, o que pode ser um agente complicador, por exemplo, nos casos de nominalização.

Ao mesmo tempo que Chierchia argumenta que existem boas razões para se eliminar os "tipos" de sua semântica, ele coloca duas questões interessantes sobre as consequências dessa eliminação:

"(i) Type theory, notwithstanding its limits, offered us a way of distinguishing the meaning of most of the different syntactic categories. If we get rid of types, do we lose any relevant semantic information?"

(ii) Clearly there are various sorts of relevant semantic objects (individuals, properties, properties of properties, etc.). How are we going to identify these different sorts of objects, without having types?" (p. 331)

A hierarquia de tipos pode causar problemas na análise dos termos nominalizados porque acaba por confiná-los a uma classificação explícita. Pode-se até dizer que a sua grande vantagem (a sua formalização) neste caso é a sua maior desvantagem. Através dos exemplos abaixo, pode-se perceber um tipo de problema que pode ocorrer com o uso da hierarquia de tipos:

- (2)
 - a. Maria é interessante.
 - b. Concorrer pela presidência do Diretório é interessante.

Em (2a) para Maria corresponderia o tipo $\langle\langle e,t \rangle, t \rangle$, que é o tipo que representa um conjunto de conjuntos de indivíduos (um SN), o que é diferente do que acontece no exemplo (2b), no qual *concorrer pela presidência do diretório* é uma propriedade e não um conjunto de conjuntos de indivíduos. No entanto, percebe-se que ambos estão desempenhando o papel de sujeito, sobre os quais se predica alguma coisa (*é interessante*). Talvez esteja aí o maior problema para tentar-se trabalhar com o processo de nominalização utilizando-se a hierarquia de tipos: se são dois elementos sintáticos de categorias diferentes aos quais correspondem tipos semânticos igualmente diferentes, mas que desempenham a mesma função sintática, como classificá-los então? Segundo Chierchia, no seu modelo, isso perde a importância “porque existem apenas dois tipos de entidades: indivíduos e predicados (ou melhor, indivíduos predicáveis e não-predicáveis).” (p.332)

Para Chierchia, o fato de se poder trabalhar sem a hierarquia de tipos, utilizando-se das próprias categorias sintáticas para fazer a classificação, juntamente com a utilização de uma teoria de propriedades, permitiria a construção de uma linguagem que não conteria nenhum tipo explícito de expressão, o que equivale a dizer que a sua proposta (1982) elimina a hierarquia de tipos.

No entanto, em outro de seus trabalhos (Chierchia em conjunto com Raymond Turner⁴³), acaba-se recuperando a noção de tipo, com o nome de *sort*⁴⁴ para definir as entidades do modelo teórico defendido por eles. O modelo também acaba sendo ampliado no sentido de abarcar mais entidades (ao contrário das duas entidades propostas no modelo de

⁴³ CHIERCHIA, G. & TURNER, R. “Semantics and property theory”. in *Linguistics and Philosophy*, 11, pp. 261-302, 1988.

⁴⁴ Chierchia e Turner utilizam o termo *sort* em contraposição ao termo *type*. Como a tradução para o português seria praticamente a mesma, vou utilizar aqui expressão original do inglês *sort* em contraposição ao português *tipo* (*type*).

1982), como veremos logo a seguir. Mas antes, vamos ver um pouco sobre as três questões que de certa forma nortearam o trabalho que eles realizaram:

a) O primeiro aspecto abordado tem relação com o uso que as propriedades podem fazer dos conectivos e dos quantificadores. Segundo eles, da mesma forma como se pode construir uma sentença como *John runs* a partir da atribuição de uma propriedade a um indivíduo, também se pode construir algo como *John plays the violin or listens to the radio*, utilizando o conectivo *or* (ou) e aplicando duas propriedades a um mesmo indivíduo.

b) O segundo aspecto é a noção de intencionalidade. Segundo os autores, “duas propriedades podem ser logicamente equivalentes sem serem entidades idênticas.” (p.263). O seu exemplo é o seguinte: se tomarmos dois verbos *comprar* e *vender*. É claro que se um objeto qualquer é comprado, isso significa que ele foi vendido, mas, apesar de serem duas propriedades logicamente equivalentes, elas não são a mesma propriedade.

c) O terceiro aspecto é a questão bastante controversa da auto-predicação. Essa questão tem relação com o chamado “paradoxo de Russell” que em síntese diz que um conjunto não pode conter a si mesmo. Seguindo o mesmo raciocínio, teríamos que supor que uma propriedade não pode conter a si mesma como uma de suas propriedades.

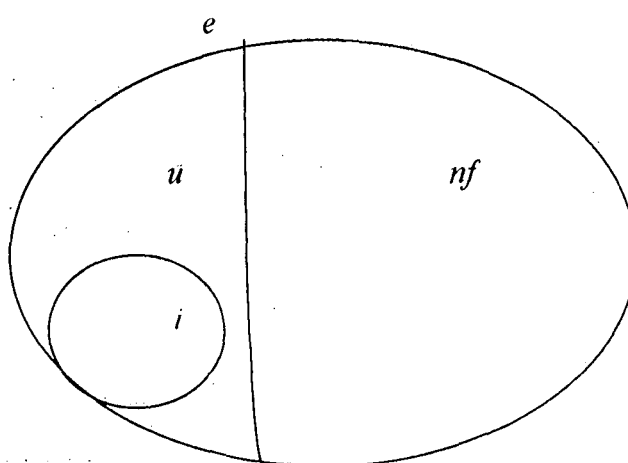
A sua proposta é a de inverter completamente essa definição e afirmar que “propriedades podem ser verdadeiramente predicados de si mesmas” (p.263) e citam como exemplo para reforçar essa tese um argumento de Parsons⁴⁵ (1979), que diz que todas as coisas têm a propriedade de ser autoindênticas e a propriedade de ser autoidêntico tem a propriedade de ser autoidêntico. Como foi dito, isso iria contra o paradoxo de Russell. No

⁴⁵ PARSONS, T. “Type theory and ordinary language, in M. Mithun and S. Davis (eds.), *Linguistics, Philosophy and Montague Grammar*. Austin: University of Texas Press, 1979.

entanto, eles citam trabalhos que trataram da auto atribuição de propriedades (como é o caso do próprio Chierchia (1982)).

Já naquele trabalho ele afirmava que as propriedades possuem uma “natureza individual”, quando ele dizia que as propriedades poderiam ser tratadas como indivíduos predicáveis, ou seja quando uma propriedade desempenha o papel de sujeito em um ato de predicação. Vamos a um de seus exemplos: se considerarmos *João corre*, *corre* será algo que não possui sustentação por si próprio, ou seja, será uma propriedade aguardando ser predicado de alguma coisa. O mesmo não acontece com o SN *João* que, como nome próprio, já significa algo sozinho. Por outro lado, nós podemos ter *correr é divertido*, na qual *correr* é um SN que também denota um indivíduo (segundo eles, o indivíduo correlato à propriedade *corre*)⁴⁶.

A sintaxe de sua teoria propõe basicamente uma relação intrínseca entre os *sorts* a qual projeta interrelações entre os elementos. Vejamos um figura para ilustrar isso:



⁴⁶ Essa visão de propriedade, segundo eles, inspira-se na distinção que Frege fez entre *conceito* e *objeto*. Para ele, um conceito tinha uma natureza predicativa que o impedia de ser sujeito de uma afirmação. Por exemplo, o conceito de *homem* (ou a propriedade *ser homem*) por si só não poderia ser sujeito de uma predicação, o que exigiria a sua representação através de um objeto como em “o conceito homem não é vazio” ou “um homem não é vazio”.

Como se pode perceber pela figura acima, o seu modelo é composto por quatro *sorts* básicos. u que representa os indivíduos básicos; nf representa as funções nominalizadas; i é o *sort* das unidades de informação (propriedades e proposições); e e representa o conjunto de todos os indivíduos vistos anteriormente.

A figura pode ser analisada da seguinte maneira: e é o conjunto que contém todos os indivíduos e no qual estão inseridos dois subconjuntos: (1) nf que contém as funções nominalizadas, e (2) u (indivíduos básicos), o qual, por sua vez, contém i (unidades de informação). Dito de outra forma, as unidades de informação (propriedades e proposições) formam um subconjunto de u (os indivíduos básicos), o qual, juntamente com nf (as funções nominalizadas) são dois conjuntos disjuntos que estão contidos em e (o conjunto de todas as entidades).

Além desses quatro tipos básicos, a linguagem possui um *sort* complexo que é representado por $\langle e, e \rangle$ (uma função de indivíduos para indivíduos). Faz uso ainda do operador lambda, de um operador de nominalização, que muda funções para indivíduos (nf) e de um operador de predicação, que faz o trabalho inverso.

Os dois operadores (nominalização e predicação) já foram citados no capítulo anterior quando falamos a respeito dos operadores *shift* propostos por Partee. Lá eles eram chamados de operadores *shift-type* e aqui são chamados de *shift-sort*, mas essencialmente representam a mesma coisa: operadores que mapeiam “entidades” de um domínio para outro.

São esses operadores os responsáveis pelo processo de nominalização (e, na presente teoria, de predicação). A nominalização em Chierchia e Turner é explicada a partir

do pressuposto de que todas as expressões predicativas possuem uma contraparte nominalizada. Isso quer dizer que em relação ao exemplo abaixo:

(3) a. Maria é eficiente.

podemos dizer que *ser eficiente* é propriedade que está sendo predicada a Maria, mas em

(3) b. Ser eficiente é importante.

ser eficiente é um nome sobre o qual se está predicando alguma coisa. E neste caso *ser eficiente* é um nome, ou a contraparte nominalizada da propriedade *ser eficiente* de (3a).

Quando falamos em contraparte nominalizada, na verdade estamos falando de uma outra entidade que leva um tipo de vida paralela (como um homônimo), ou seja uma outra expressão lingüística que remete talvez ao mesmo referente, mas que possui uma estrutura interna completamente diferente⁴⁷. Aí é que entram em jogo conceitos como os de Frege (conceito e objeto) ou a própria diferenciação que foi feita no início deste capítulo entre uma estrutura saturada e uma insaturada.

Em (3a) nós encontramos uma estrutura insaturada, uma propriedade, que precisa de um sujeito para ser uma expressão predicativa (um conceito). Ao contrário, em (3b) *ser eficiente* é uma nominalização da estrutura insaturada que a transforma em nome e, conseqüentemente, em uma estrutura saturada (um objeto).

⁴⁷ Deixando-se de lado as diferenças teóricas, a proposta de Chierchia e Turner é, em essência, muito semelhante à proposta da derivação imprópria da Gramática Tradicional e à de duplicação do léxico de Benett.

Essa dupla face das propriedades permitiria, segundo os autores, inclusive a auto predicação. Vejamos um exemplo:

- (4) a. João é legal.
b. Ser legal é legal.

Tradicionalmente, em (4b) existe um caso de auto predicação já que a propriedade de *ser legal* está sendo aplicada a si mesma. No entanto, se utilizarmos a idéia de que em (4b) trata-se da contraparte nominalizada da propriedade, então teremos que aceitar que aqui *ser legal* é um nome, uma outra expressão linguística (um homônimo) da propriedade *ser legal*. Se aceitarmos que são entidades de diferentes *sorts*, então a estrutura é válida até porque não se trata mais de um caso de auto predicação, mas de um caso de predicação legítima.

Apesar de ser um ponto que pode gerar bastante controvérsia, é possível argumentar-se que isso acaba por resolver tanto o paradoxo de Russell quanto outros paradoxos que podem surgir quando se pensa que um item lexical possa “mudar” de categoria.

Além disso, também pode-se deduzir que uma teoria como essa, que não tem uma vinculação tão forte com a sintaxe, como no caso da teoria de tipos de Montague, é mais flexível para tratar de fenômenos como o da nominalização.

No entanto, é difícil prever até que ponto essa flexibilidade apresentará vantagens em relação a uma teoria que faça justamente uma ligação forte com a sintaxe, que parece ser talvez a maior virtude da teoria de tipos, porque permite um tratamento “elegante”

e até certo ponto fácil das línguas naturais, já que a ligação entre o nível sintático e o semântico é praticamente imediato.

O modelo de Chierchia e Turner ainda é algo muito recente, que exigirá muitos testes para comprovar até que ponto é viável e eficiente para tratar a grande quantidade de possibilidades sintático/semântico que as línguas naturais possuem.

VII - OBSERVAÇÕES SOBRE A DIVERSIDADE TEÓRICA

A primeira postura enfocada foi a da gramática tradicional. Como foi visto, a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) foi talvez a principal responsável pelo tipo de pensamento que os gramáticos têm a respeito das classes gramaticais. Examinando-se trabalhos anteriores a NGB, ou que não a seguem, foi possível determinar que, a partir da sua institucionalização, o trabalho com a língua tornou-se muito mais limitado para os seguidores da Gramática Tradicional. Talvez não seja apropriado ou pelo menos não abrangente falar que o “trabalho” ficou limitado, quando o mais correto seria dizer que a reflexão sobre a língua portuguesa, sobre os fatos que realmente ocorrem, ficou relegada a um plano inferior.

Pode-se afirmar até que esse plano inferior não seria nem um plano que estivesse abaixo de um outro plano teórico, mas que estaria subjugado a um plano doutrinário que previa (e prevê) acima de tudo uma uniformização, uma normatização da língua que seria “ensinada” nas escolas. O problema é que a língua que é ensinada nas escolas também é a língua utilizada para qualquer fim prático, como correspondência, concursos públicos, etc. Ou seja, é a língua que a nível institucional realmente conta. A outra língua, a verdadeira, produto de um fazer social contínuo acabou por ser importante apenas para alguns teóricos teimosos que preferiram o caminho pedregoso (e sem dúvida mais interessante) do não-conformismo.

No capítulo III, vimos a proposta de Zeno Vendler que, como foi dito, segue a linha estruturalista proposta por Zellig Harris. O trabalho que Vendler faz é eminentemente descritivista. A sua metodologia parte de estruturas de superfície para chegar, através de critérios distribucionais, à estrutura mais profunda.

A análise estruturalista que Vendler faz é muito interessante do ponto de vista descritivo, pois é capaz de mapear vários casos interessantes de nominalização. No entanto, ao mesmo tempo que faz essa descrição minuciosa, a análise prende-se à superfície da linguagem e, pela sua metodologia de trabalho, não é capaz de generalizações a respeito do fenômeno lingüístico em questão.

Isso implica no fato de que, por ser um tipo de análise tópica, pode perfeitamente ser implementado para qualquer língua individualmente, mas não para a linguagem humana como um todo. Ou seja, é possível fazer um trabalho semelhante ao que ele fez com o inglês para o francês, o russo, o português, etc. (o que aliás é uma premissa do estruturalismo), buscando regras próprias para cada língua, mas afastando a hipótese de regras universais.

O oposto do trabalho de Vendler é a proposta de Chomsky, que busca justamente as regras universais para tentar explicar a nominalização como algo que possa fazer parte da sua Gramática Universal e que possa ser aplicado para todas as línguas (permitindo, é claro, certas variações paramétricas para cada língua natural).

O enfoque de Chomsky é diferente principalmente porque para ele o que importa é a *competência* do falante para produzir a linguagem, ao contrário de Vendler, que procura estudar o *desempenho* do falante, o que, em outras palavras, pode ser resumido como a diferença entre capacidade e produção.

A diferença de enfoque também pode ser percebida pelo *corpus* definido por um e por outro: enquanto Vendler lista muitos casos (buscando focar todos os registros) em que ocorre a nominalização em inglês, Chomsky limita a classificação a apenas dois tipos

(gerundivos e derivados) e desenvolve a sua hipótese no sentido de que a teoria possa prever todos os casos em que possa ocorrer a nominalização.

Do ponto de vista semântico, foram apresentadas duas maneiras de se tratar a nominalização: através de uma teoria de tipos (Montague), utilizando-se dos mecanismos de *type-shifting* propostos por Partee & Roth ou através de uma teoria de propriedades (Chierchia & Turner) que, segundo os autores, não faz uso essencial da noção de tipo.

É muito difícil argumentar em favor de uma ou de outra postura porque se de um lado os *sorts* de Chierchia & Turner são mais flexíveis em sua relação com as categorias sintáticas, por outro os *types* de Montague justamente por serem fortemente ligados às categorias sintáticas acabam por proporcionar um tratamento muito coerente para as línguas naturais. Se a isso somarmos os mecanismos de Partee & Roth, as propostas talvez se equivalessem em versatilidade para lidar com a nominalização e a escolha por uma ou por outra obrigatoriamente dar-se-ia levando-se em conta critérios essencialmente teóricos (ou até práticos, no sentido de qual delas comporta melhor determinado trabalho que se pretende realizar).

Em resumo, tratam-se de cinco propostas diferentes para tratar o mesmo fenômeno. Cada uma propõe metodologias de trabalho diferentes e a partir de definições feitas graças a pressupostos teóricos próprios que acabam por delimitar formas de tratamento também distintas.

Além disso, segundo Borges & Dascal⁴⁸ (1991), são os pressupostos teóricos que delimitam o próprio objeto de estudo. Isso pode ser notado, por exemplo, no capítulo

⁴⁸ BORGES NETO, J. & DASCAL, M. "De que trata a linguística, afinal?" in *Histoire Épistémologie Langage*, nº 13, vol.I, Paris: Societe D' Histoire et D' Epistemologie des Sciences du Langage, 1991.

sobre a gramática tradicional quando Said Ali afirma que “a mudança de sentido e de função que sofrem as palavras, examina-se em outras partes da gramática, e, a dedicar-se uma parte especial a tão interessante assunto, deverá denominar-se semântica e não derivação” (como já citado no capítulo II), o que o autor faz é delimitar o seu objeto de estudo, aquilo que ele considera como objetivo dos estudos morfológicos. Como ele considera que o processo de nominalização não pode ser tratado no âmbito de estudos da morfologia, então o afasta deste.

O que ele faz de fato é reconhecer que o arcabouço teórico da gramática tradicional não é capaz de explicar convenientemente esse processo e que a semântica faria isso melhor. Com o advento da NGB, o ponto de vista teórico se mistura com o doutrinário e passa a pretender normatizar todo o estudo da língua e, conseqüentemente, a nominalização deve voltar ao âmbito da gramática tradicional e precisa ser explicado morfológicamente (ou, em muitos casos, citado, mas não explicado).

Como foi citado alguns parágrafos acima, o objeto de estudo de Vendler são as ocorrências que de fato se realizam linguisticamente, enquanto que para Chomsky é a definição dos processos mentais que definirão quais tipos de ocorrências poderão efetivamente realizar-se. Ou seja, o *objeto* do primeiro é o desempenho linguístico e o *objeto* do segundo é a competência.

Também em relação às teorias semânticas abordadas existem diferenças de enfoques no que se refere à nominalização. Na teoria de tipos *standard* de Montague não foi dedicado espaço para esse fenômeno até porque um dos princípios da teoria prevê uma relação forte entre categorias sintáticas e tipos semânticos. Como o fenômeno existe e para que a teoria possa trabalhar com ele houve a necessidade de adaptações. É o que fizeram Partee & Roth. Sua hipótese é uma adequação, uma extensão ao modelo original.

Em Chierchia e Turner, a situação é bastante diferente porque o pressuposto básico da teoria é que as propriedades já possuem uma contraparte nominalizada, logo o tratamento das estruturas nominais pode ser realizado mais facilmente, o que não quer dizer que o seu modelo seja melhor ou pior do que o de Montague.

Esses diferentes enfoques servem para demonstrar como uma língua natural pode ser tratada de maneiras diversas. A língua pode ser a mesma (português, inglês, etc.), o fenômeno também pode ser o mesmo (a nominalização), mas as diferentes abordagens acabam por “moldar” as suas características. Como dizem Borges & Dascal:

“O mundo das *aparências* (o mundo das coisas tal como se apresentam) é um mundo de diversidade: pouco ou nada há de comum na multiplicidade de coisas individuais, que parecem diferir radicalmente umas das outras. As ciências, assim como outras espécies de saber, fazem *reduções parciais* da diversidade, isto é, recortam o campo da diversidade observacional de maneiras que lhes parecem apropriadas para o tipo de entidades e de explicações que lhes são preferenciais.” (p. 17)

É claro que essa *redução* a que os autores se referem não é um processo aleatório. É um processo que exige uma intenção prévia, intenção essa que será determinada por uma determinada teoria. A partir dessa delimitação do objeto observacional, “a teoria vai identificar *entidades básicas*, a partir das quais vai atribuir propriedades aos fenômenos pertencentes ao campo e vai estabelecer relações entre eles, transformando o objeto observacional em *objeto teórico*.” (p.19)

É justamente nessa passagem de objeto observacional para objeto teórico que se encontram as razões para as diferenças entre as abordagens de um mesmo fenômeno linguístico pelas diversas teorias que foram aqui apresentadas. Segundo os autores acima

citados, estas razões estariam “nas divergências metodológicas e ontológicas” de cada teoria, o que resultaria no fato de que “a definição do objeto teórico ‘cria’ uma realidade particular da teoria. Em outras palavras, a teoria cria um mundo todo seu, que não se confunde com o mundo tal como o observamos.” (p. 21)

Essa questão faz lembrar o conhecido romance *Frankenstein*, de Mary Shelley⁴⁹, que mostra um cientista brilhante que tem uma teoria biológica sobre a vida e a morte e pretende comprová-la através de um experimento que tem como objetivo trazer um ser morto de volta à vida. A partir de seus pressupostos teóricos, ele “constrói” o seu ser, utilizando pedaços de cadáveres. Depois de “construí-lo”, o cientista o faz viver. Não vou me prender ao enredo, que já é bastante conhecido, mas gostaria de chamar a atenção para o fato de que esse ser ressuscitado é sempre chamado de monstro. Mas por que “monstro”?

Na visão hollywoodiana, “monstro” foi traduzido na forma de uma criatura grande e muito forte, com grandes cicatrizes e parafusos no pescoço. Mas para a ciência, a criação do cientista não seria um monstro, e sim o maravilhoso produto de um “fazer” científico.

O que eu pretendi ilustrar com esse exemplo é o fato de que as teorias criam as suas criaturas - que são os objetos teóricos e que em confronto com os objetos observacionais reais podem talvez ser chamados de monstros (é sempre possível encontrar alguns monstros lingüísticos por aí) - como a imagem de uma realidade refletida pelo espelho da teoria. Essa imagem pode ser muito semelhante ou muito diferente do real, mas nunca será

⁴⁹ SHELLEY, M. *Frankenstein*. London: Orion Publishing Group and Vermont: Charles E. Tuttle Co. Inc., 1995.

o real. Se o cientista de *Frankenstein* seguisse uma teoria diferente, provavelmente a criatura teria outro aspecto, refletindo os pressupostos dessa outra teoria.

Da mesma forma que a criatura de Frankenstein nunca poderia ser um homem porque era unicamente a imagem projetada teoricamente de um homem, construída de acordo com os pressupostos da teoria, a “língua natural” enfocada por uma teoria lingüística jamais será a língua natural, mas uma projeção dela. Isso é o que explica a possibilidade de tantas teorias poderem tratar do mesmo fenômeno lingüístico de maneiras tão diferentes e, de certa forma, também explica por que é muito difícil afirmar que uma teoria lingüística é melhor ou pior do que outra, porque na verdade as teorias tratam de objetos teóricos diferentes (mesmo que estes representem o mesmo objeto observacional das línguas naturais).

VIII - CONCLUSÃO

No capítulo de introdução, foram feitos vários questionamentos sobre a tentativa já muito antiga, a qual remonta à Grécia clássica, de se pretender que as palavras possam ser confinadas em classes bem definidas. Através dos exemplos levantados procurou-se demonstrar que o comportamento das palavras vai muito além do desejo teórico que possamos ter.

Foram apresentados alguns exemplos de palavras que sempre foram enquadradas dentro de classes gramaticais como se ali fosse o seu lugar de direito (e de dever), mas que por alguma razão insistem em se rebelar contra a discriminação que sempre sofreram e passam a exibir comportamentos que não se esperam de palavras bem comportadas.

Essas palavras, então, passam a ter novas funções sintáticas e demonstram ser mais versáteis do que se espera. O questionamento que se fez no início do trabalho é o de que é muito difícil, a partir de posturas como a da gramática tradicional, dar conta de um vocábulo que começa a desempenhar uma função sintática (a de sujeito) que seria o papel esperado de outra classe de palavras.

Já de início levantou-se a hipótese de que a classificação tradicional não fosse suficiente para explicar o porquê de um verbo no infinitivo de repente aparecer em uma sentença desempenhando o papel de um nome e na função sintática de sujeito da sentença. O

que, em alguns casos, também pode ser aplicado aos participios, aos adjetivos, a algumas orações iniciadas por expressões interrogativas e por conjunções integrantes.

Também foi tentado, no capítulo introdutório, ilustrar o que seria o processo de nominalização através de alguns exemplos de como ele ocorre em Português, utilizando-se para isso de exemplos correlatos de outros tipos de nominalização (substantivação com o uso de artigos ou de qualquer outro determinante, a metalinguagem e o uso de sufixos) diferentes do processo de “mudança” de classe sem interferência de outros elementos (artigos, sufixos) como foi inicialmente exemplificado.

Em resumo, o que se tentou fazer no capítulo introdutório foi chamar a atenção para o fato de que existe um processo em que palavras mudam de classe ou de categoria gramatical. De acordo com a abordagem teórica que se pretenda, esse processo pode ser chamado de nominalização ou, no caso da gramática tradicional, de substantivação. Nos capítulos subsequentes, tentou-se buscar uma visão panorâmica sobre a nominalização através de algumas posturas teóricas diferentes.

A partir da leitura dos trabalhos de alguns teóricos, como foi realizado, é possível chegar-se a algumas conclusões a respeito do processo de nominalização:

- a) o processo existe e acontece sistematicamente (em português com infinitivos, participios e adjetivos, além de com conjunções integrantes e algumas formas interrogativas, e outros casos comumente aceitos pela gramática tradicional);
- b) qualquer tentativa de se encerrar o léxico dentro de classes ou categorias pode ser reducionista porque o uso que os falantes fazem dos vocábulos ultrapassa em muito os limites teóricos impostos;

c) do ponto de vista sintático, as gramáticas categoriais estão mais aptas do que aquelas que seguem pressupostos semelhantes aos da gramática tradicional a lidar com esse processo tendo em vista que não trabalham somente com palavras, mas com todas as expressões do léxico;

d) do ponto de vista semântico, pode-se usar uma teoria que trabalhe com a hierarquia de tipos, utilizando mecanismos de *type-shifting* como os propostos por Partee e Roth, ou com uma teoria de propriedades como a proposta por Chierchia e Turner.

No capítulo anterior, vimos que são as teorias que definem como é o objeto de análise (a realidade teórica). Como foi comentado, cada teoria examinada entende o processo de nominalização de uma maneira diferente, de acordo com os pressupostos teóricos que são utilizados para a análise, o que pode implicar que a própria nominalização possa vir a ser definida de maneiras diferentes.

Vamos voltar um pouco a alguns exemplos citados no capítulo de introdução:

- (1) a. João foi brincar.
- b. Brincar é bom.
- (2) a. O carro é vermelho.
- b. Vermelho é uma bonita cor.
- (7) a. O cavalo é belo.
- b. O belo é uma característica da arte.
- (10) a. The sky is blue.
- b. Blue is a nice colour.
- c. The children run out the school.
- d. Run is a good exercise.

Os exemplos (1), (2) e (7) mostram como adjetivos e infinitivos facilmente assumem o papel de nomes em português, da mesma forma que os exemplos de (10) o fazem em inglês.

Quando examinamos as diversas abordagens teóricas em conjunto, é possível perceber que, apesar das diferenças próprias de cada teoria, elas acabam por explicar os exemplos acima de maneiras que, às vezes, se aproximam muito. Então, por um momento, deixemos de lado os pressupostos teóricos que as diferenciam, e vamos examinar apenas as propostas no nível das explicações que cada uma oferece.

1. A gramática tradicional explica o comportamento dos adjetivos acima como casos de derivação imprópria, ou seja, pressupõe que na verdade tratam-se de duas palavras diferentes (uma matriz e uma derivada lexicalmente). Quanto aos infinitivos, aqueles que seguem a NGB dirão tratar-se de “orações reduzidas de infinitivo”; outros como Said Ali e Gladstone C. de Melo preferem assumir que de fato tratam-se de nomes, o que implicaria também em um processo de derivação, já que podemos encontrar infinitivos tanto como nomes (1b) quanto como verbos (1a).

2. Zeno Vendler também explicaria os exemplos como casos de derivação, não utilizando o termo “derivação imprópria”, mas como sendo um caso de derivação lexical realizado através do sufixo *zero*, o que pressupõe também a existência de duas expressões linguísticas distintas (uma matriz e uma derivada) pertencentes a classes diferentes.

3. No âmbito de uma teoria de tipos como a de Montague, a solução tradicional de Bennett (1974) propunha a duplicação categorial da expressão, o que, como já foi dito, implicaria na existência de uma expressão linguística pertencente, por exemplo, a

categoria dos adjetivos e outra expressão com forma idêntica pertencente à categoria dos nomes comuns.

4. A proposta de Chierchia e Turner explicaria os exemplos do ponto de vista que haveria uma propriedade (como um infinitivo, por exemplo) e a contraparte nominalizada dessa propriedade (um nome correspondente ao infinitivo). Isso também implica em se pensar que existem duas entidades diversas, cada uma pertencente a uma categoria *sort* diferente.

5. A hipótese lexicalista de Chomsky difere das anteriores no sentido de que, ao invés de propor simplesmente a duplicação lexical, ela defende que os itens que podem ser nominalizados possuem um traço “neutro” que permite que eles possam ser enquadrados como nomes, adjetivos ou verbos, a partir da observação da semelhança de comportamento entre essas três categorias. Isso quer dizer que esses itens possuiriam uma certa “liberdade lexical” que permitiria o seu “trânsito” por essas categorias, o que não implicaria na duplicação (ou triplicação) da base lexical.

6. Barbara Partee propõe que as expressões linguísticas pertencem, num primeiro momento, a uma categoria gramatical, mas que através de mecanismos, que ela chama de *shift-type*, podem “migrar” para outras categorias, passando a demonstrar um comportamento sintático e semântico diferente da sua categoria de origem.

Analisando-se as seis propostas teóricas acima, é possível, na verdade, reduzir o leque de opções de como resolver o problema da nominalização a apenas duas soluções (naturalmente deixando-se de lado as particularidades de cada teoria):

a. as propostas de 1 a 4 assumem a existência de uma duplicação linguística, ou, em última análise, que em algum momento houve um processo de derivação que criou uma espécie de conjunto imagem correspondente aos conjuntos dos quais se originaram as

expressões que foram nominalizadas, o que implica aceitarmos o fato de que, após a derivação, passam a existir duas expressões diferentes de forma idêntica, a quais podem e devem ser analisadas como expressões diferentes. Assim, não haveria mais flutuação ou mudança de papéis porque seriam expressões homônimas pertencentes a categorias diferentes, logo não se poderia falar de um adjetivo agindo como nome, por exemplo, já que a expressão que estivesse “agindo” como nome seria o homônimo nome e não o homônimo adjetivo.

b. Já as propostas 5 e 6 são semelhantes entre si e diferentes das anteriores porque ambas permitem que as expressões linguísticas possuam uma certa mobilidade categorial. Tanto o traço “neutro” de Chomsky quanto os operadores *shift-type* de Partee acabam por realizar operações que permitem às expressões possibilidades de inserção categorial diversas. Nessas propostas, ao contrário das anteriormente vistas, não há duplicação lexical porque as expressões teriam categorias próprias, mas poderiam eventualmente mudar para outra categoria. Aqui existe flutuação e mudança de papéis.

Do que foi dito no capítulo anterior, é possível deduzir que a preferência por uma ou por outra teoria nada mais é do que uma escolha que o linguísta deve fazer a partir do que ele acredita a respeito do funcionamento da linguagem. Em relação aos exemplos levantados durante este trabalho, é preciso que se diga que todas as posturas citadas são capazes de explicá-los, cada qual ao seu modo. Tendo em vista isso, urge que antes que este trabalho seja finalizado se faça uma escolha teórica principalmente porque o não-comprometimento sempre corre o risco de poder implicar em um discurso vazio e redundante.

Como foi dito alguns parágrafos acima, devem existir parâmetros estruturais que permitem aos falantes “jogar” com a língua, criando novos usos e novas estruturas. Isso não implica necessariamente na adoção de uma teoria de “uso” (como a análise do discurso, por exemplo), mas que as teorias formais (como as que foram apresentadas aqui) devem ser capazes de dar conta dessas “surpresas” que os falantes são capazes de fazer.

Se os falantes criam e surpreendem as teorias, então essas devem ser suficientemente fortes para explicar as possibilidades que o sistema da língua permite, porque os falantes não criam do nada. Eles precisam das regras do sistema para poder usar a língua e podem usá-la dentro de certos parâmetros. Se o falante fizer uso de uma estrutura que não esteja contida nesses parâmetros, a sua produção será linguisticamente incoerente ou, no mínimo, de difícil compreensão.

Uma teoria eficiente deve também ser capaz de prever esses usos e não apenas explicá-los, ou seja, a teoria ideal seria aquela que fosse capaz de fazer generalizações através do uso de poucas regras. Um estruturalismo transformacional como o de Vendler, por exemplo, acaba por resultar em um custo muito alto tendo em vista a quantidade de regras que são necessárias para explicar cada uso linguístico diferente.

Além disso, essa teoria deveria trabalhar com o pressuposto de uma base lexical homogênea (o que não significa estática) e não inflacionada através de mecanismos de constante duplicação, os quais além de gerarem essa inflação ainda criam uma infinita ambigüidade que pode ser um agente complicador para a análise. Quanto ao segundo aspecto apontado, talvez não seja tão grave assim, porque é sempre possível se argumentar que as línguas de fato são naturalmente ambíguas e que essa ambigüidade pode ser resolvida pelos falantes através de expedientes que não façam parte da estrutura da língua, e sim da

experiência social compartilhada. No entanto, o primeiro fator parece ser mais sério porque, mesmo sendo impossível comprovar empiricamente se há ou não uma duplicação lexical nos mecanismos de linguagem dos quais o falante dispõe, para as teorias isso acaba por ser um agente complicador (se há inflação nas categorias sintáticas), já que o mesmo fenômeno poderia ser mais economicamente explicado por regras de mudança de categoria.

Acredito que essas regras que possibilitam as mudanças de categoria já estejam presentes no próprio léxico de forma que para cada categoria lexical existam parâmetros inerentes que possibilitem a inserção de seus itens em apenas uma ou em mais de uma categoria sintática.

Ao assumir essa postura eu estaria parcialmente assumindo a postura lexicalista de Chomsky por me parecer a mais interessante. Mas isso não implica em assumir completamente a teoria chomskyana porque penso que uma gramática categorial como a proposta por Ajdukiewicz (e comentada neste trabalho) seja a maneira mais elegante, fácil e eficiente para se trabalhar com a sintaxe das línguas naturais.

Quando Ajdukiewicz (1935)⁵⁰ define a noção de “categoria do significado” (a partir do trabalho de Husserl), ele diz: “...as palavras isoladas e as expressões compostas, de uma língua, podem ser subdivididas em classes de modo tal que duas palavras ou expressões pertencentes a uma mesma classe possam ser substituídas uma pela outra em um contexto que possua um sentido unitário, sem que para isso o contexto modificado se transforme em um agregado incoerente de palavras, e perca assim seu sentido unitário. Ao contrário, duas palavras ou expressões pertencentes a classes diferentes não possuem esta propriedade.”

⁵⁰ ADJUKIEWICZ, K. “La connessità sintattica”. in BONOMI, A. org. *La struttura logica del linguaggio*. Milão: Bompiani, 1973. Traduzido para o português como “A conexão sintática”, trad. de Lígia Negri e José Borges Neto, inédito.

Se seguirmos essa idéia, então, nos exemplos abaixo:

a. Sorvete é bom.

b. Correr é bom.

sorvete e *correr* devem pertencer à mesma categoria sintática (dos nomes). No entanto, no exemplo seguinte:

c. João foi ao parque para correr.

correr não pode ser substituído por nenhum nome (*sorvete* por exemplo), o que deve implicar que *sorvete* e *correr* pertencem a categorias diferentes. Esse aparente paradoxo parece só poder significar que, enquanto *sorvete* não possui nenhuma característica lexical que lhe permita funcionar como infinitivo, *correr* tem especificado no seu caráter lexical que tanto pode ser infinitivo quanto nome, ou seja, sua definição lexical é mais flexível do que a de *sorvete*.

Se aqui a hipótese de definição lexical parece chocar-se de frente com a categorização rígida que a gramática categorial normalmente faz, esse problema pode ser contornado através da utilização dos mecanismos de *shift-type*, através dos quais é possível manter-se a classificação original dos itens lexicais e ao mesmo tempo permitir que eles tenham mais liberdade nas suas “conexões sintáticas”, o que significa assumir que talvez o rumo proposto por Barbara Partee seja o caminho mais interessante para se trabalhar não só

com o fenômeno da nominalização, mas também com todos os outros fenômenos que envolvem mudança de categoria⁵¹.

É preciso que tenhamos em mente que na hipótese de que se todos os processos de mudanças de categoria (como os exemplificados na nota abaixo) sejam trabalhados como casos de duplicação lexical, será necessário estarmos preparados para trabalhar com um léxico extremamente inflacionado, tendo em vista a grande quantidade de casos de palavras homônimas que serão geradas.

Em resumo, a escolha que se precisa fazer está entre trabalhar com itens lexicais duplicados e menos regras ou com um léxico mais simples e a aceitação de algumas regras que possibilitem a transposição categorial. A mim parece que a segunda opção é mais econômica a nível de estrutura da língua além de possibilitar um tratamento mais elegante, principalmente por entender esses fenômenos como uma possibilidade constante que pode ou não ser realizada. É justamente essa capacidade de previsão e generalização que faz essa hipótese aparentar ser mais poderosa.

Entretanto, como já foi citado anteriormente, qualquer escolha aqui é apenas teórica porque de fato não disponho de argumentos empíricos ou mecanismos de avaliação para afirmar que essa postura teórica que assumi como sendo a mais interessante é mais ou menos correta do que a defendida por aqueles que acreditam que a duplicação lexical é a melhor maneira de trabalhar com esse fenômeno.

⁵¹ Em relação a esta observação, é preciso ter em mente que o processo de nominalização é apenas um entre diversos outros processos que envolvem mudança de categoria. Por exemplo, em português nós podemos encontrar adjetivos desempenhando o papel de advérbios, como em *João saiu rápido*, no qual *rápido* aparece modificando *saiu*, ou no papel de nome próprio em *Zangado é um dos sete anões*; participípios desempenhando o papel de adjetivos, como em *João era o seu ser amado*; nomes comuns atribuindo qualidades a outros seres, como em *João é um banana*; o mesmo acontecendo com um nome próprio em *Joana é uma Amélia*; gerúndios funcionando também como advérbios, como em *João pensou voando em uma desculpa* e talvez outros casos mais.

O que eu fiz no final deste trabalho foi simplesmente escolher a teoria que de certa forma define de melhor maneira o que eu entendo como sendo um processo de transposição categorial e não como de derivação lexical. E de fato, talvez a coisa mais importante que um lingüista (ou um estudioso em geral) tenha que fazer seja assumir, entre um leque de opções, a postura teórica que melhor lhe permita explicar a sua intuição sobre os fatos.

BIBLIOGRAFIA

ADJUKIEWICZ, K. "La connesittá sintattica". in BONOMI, A. org. *La struttura logica del linguaggio*. Milão: Bompiani, 1973. Traduzido para o português como "A conexão sintática", por Ligia Negri & José Borges Neto, inédito.

BACH, E. *Informal lectures on formal semantics*. New York: State University of New York, 1989.

BENETT, M. *Some extensions of a Montague fragment of English*. Ph.D. dissertation. Los Angeles: University of California, 1974.

BORGES NETO, J. *Fundamentos da semântica formal*. Manuscrito inédito.

BORGES NETO, J. & DASCAL, M. "De que trata a lingüística, afinal?" in *Historie Épistémologie Langage*, nº 13, vol. I. Paris: Societe d' Historie et d' Épistémologie des Sciences du Langage, 1991.

CHIERCHIA, G. "Nominalization and Montague grammar". in *Linguistics and Philosophy*, 5, pp. 303 - 354, 1982.

CHIERCHIA, G. & TURNER, R. "Semantics and property theory". in *Linguistics and Philosophy*, 11,(3), pp. 261 - 302, 1988.

CHOMSKY, N.A. "Remarks on nominalization" in CHOMSKY, N.A., LAKOFF, G., MCCAWLEY, J.D., ROSS, J.R. *Semántica y sintaxis en la lingüística transformatoria*. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

CHOMSKY, N.A. *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2ª ed. Coimbra: Armênio Amado - Editor, Sucessor, 1978.

CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1980.

DOWTY, D.R., WALL, R.E. & PETERS, S. *Introduction to Montague semantics*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1981.

FARACO, C.A. *A hipótese lexicalista: considerações teóricas e empíricas*. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 1978.

FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

LEES, R. *The grammar of English nominalization*. Haia: Mouton, 1960.

LOBATO, L.M.P. *Sintaxe Gerativa do Português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Ed. Vigília, 1986.

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

MELO, G.C. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 5ª ed. rev. melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.

PARSONS, T. "Type theory and ordinary language". in M. Mithum and S. Davis (eds.) *Linguistics, philosophy and Montague grammar*. Austin: University of Texas Press, 1979.

PARTEE, B.H. "Syntactic categories and semantic type". in *Computational linguistics and formal semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

PARTEE, B.H. "Noun phrase interpretation and type-shifting principles". in GRONENDIJK, J., de JONGH, D. & STOKHOF, M. eds. *Studies in discourse representation theory and the theory of generalized quantifiers*. Dordrecht: GRASS 8, 1987.

PARTEE, B.H. & ROTH, M. "Generalized conjunction and thype ambiguity". in BÄURLE, R. SCHWARZE, C. & STCHOW, A. eds. *Meaning, use and interpretation of language*. Berlim: W. de Gruyter, 1983.

ROCHA LIMA, C.H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7ª ed. aumentada e melhorada de *Lexeologia e formação de palavras do português histórico*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SHELLEY, M. *Frankenstein*. London: Orio Publishing Group and Vermont: Charles E. Tuttle Co. Inc., 1995.

TORRES, A.A. *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*. 17ª ed. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1965.

VENDLER, Z. *Adjectives and nominalizations*. Paris: Mouton, 1968.